



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 04/17

Data da Sessão: 27 de junho de 2017

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos _____

1º Secretário: Carlos Lucas Correia _____

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Aos 27 dias do mês de junho do ano de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. **Período de Antes da Ordem do Dia.** -----
2. **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----
3. **Apreciar e Votar, sob proposta do Executivo Municipal os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas 2016.** -----
4. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.** -----
5. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade.** -----
6. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Europaradise, para o local de Quinta da Gardoa – UF de Montemor-o-Velho e Gatões – Processo n.º 45/2017 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal do Parque Zoológico.** -----
7. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Valmarques, Sociedade Agrícola e Pecuária, Lda, para o lugar de Moita Vaqueira – Arazedo – Processo n.º 06/2016/85 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento e exploração agrícola, hortícola e frutícola.** -----
8. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Bonitos, Lda para o lugar de Rua Dr. João Carlos Noronha – Santo-Varão – Processo n.º 06/2017/59 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização de edifícios de apoio à exploração agrícola.** -----
9. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Edméa Teresa Reis da Silva, para o lugar de Valcanosa – Meãs – Processo n.º 06/2017/61 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento de exploração agropecuária.** -----
10. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Horácio Peralta, Unipessoal Lda, para o lugar de Casais Velhos – Pereira – Processo n.º 06/2017/60 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial.** -----
11. **Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento do relevante interesse público municipal para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Regime Jurídico da REN - Construção de edifício**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

de apoio e torre de controlo no Centro Náutico de Montemor-o-Velho.

12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Aquisição de Serviços de Auditoria Externa – Artigo 77.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro. -----

13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares – ano letivo 2017/2018. -----

14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares os alunos dos JI's e EB1's da rede pública do Município de Montemor-o-Velho e Dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família dos alunos dos JI's, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2017/2018. -----

15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Celebração de escritura pública de doação de parcela do prédio sito na Rua dos Bombeiros Voluntários à Guarda Nacional Republicana, Comando da Administração dos Recursos Internos – proposta de aprovação da cedência e da respetiva minuta. -----

16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal Afonso Duarte - Isenção da taxa de utilização solicitada pela Associação Diogo de Azambuja no valor de 630,00€.-

17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2017 e 31/05/2017.-----

18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2017 e 31/05/2017. -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva.-----

Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Adelaide Maria Simões Medina, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, em substituição de Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Filipe Azenha Madaleno, em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Joaquim António Graça Rainho, em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro, em substituição de Edmea Tereza Reis Silva, Susana Paula Rama Branco, em substituição de Francisco Faria de Paiva Batista e Tânia Sofia de Jesus Monteiro, em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes.-----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro.

Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Luís Pedro Simões Ribeiro, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Edmea Tereza Reis Silva, Francisco Faria de Paiva Batista e Sara Cristina Cruz Gomes. -----

Ausências justificadas e sem substituições: PJF de Seixo de Gatões. -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h15m. Saudou os presentes e disse: “Temos quórum e vamos dar início à nossa Assembleia. Certamente compreenderão porque é que iremos começar a assembleia ordinária de vinte sete de Junho de uma forma diferente. Porque para mim o importante é a forma, o conteúdo e a unidade desta Assembleia e não querendo ferir suscetibilidades de nenhuma bancada, nós iremos começar esta assembleia com um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e depois eu darei a palavra às bancadas que também têm propostas nesse sentido. Se estiverem de acordo faríamos um minuto de silêncio e depois as bancadas pronunciar-se-ão, se assim o entenderem sobre essa questão.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, Senhores membros da mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, ilustres colegas, minhas senhoras e meus senhores. Senhor Presidente! Eu tive o cuidado antes da abertura desta Assembleia de dizer o seguinte: o Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra, tem uma proposta no sentido da guarda por um minuto de silêncio. Não faria sentido depois de Vossa Excelência nos pedir um minuto de silêncio, que eu vá ler esta mesma proposta e depois aguardar outro minuto de silêncio. A V. Ex.^a dei-lhe efetivamente essa possibilidade, mas, como sabe o regimento não lhe dá esse privilégio de fazer essa proposta e a nossa proposta é da Assembleia, não é de vossa Excelência, portanto, nesse sentido dará a palavra aos presentes e às propostas apresentadas nesse sentido, porque vão ambas no mesmo sentido e espero que efetivamente V. Ex.^a, assim decida para não haver problemas e para correrem bem os trabalhos e penso que V. Ex.^a. terá o bom senso de assim decidir. Muito obrigado!” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor Deputado Oliveira e Sousa Oliveira, falei com todos os líderes de bancada e disse que ia fazer isto, mas muito honestamente eu quanto à forma, estou perfeitamente em desacordo, mas eu não entendo as questões de forma da forma que as colocou. E por isso meus caros membros desta assembleia, já que o Presidente não pode fazer propostas, eu estarei disponível para que os líderes de bancada, se assim entenderem façam uma proposta comum e se quiserem apresentar as propostas todas apresentem-nas e depois então votaremos essa proposta. Pareceu-me mais digno

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

começarmos com um minuto de silêncio e que todos se expressassem se assim o entendessem, pareceu-me essa a melhor forma. Não sendo esse o entendimento, evidentemente, eu não faço questão nenhuma de apresentar proposta alguma”. -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Da nossa parte, não temos nada a colocar que o minuto de silêncio seja em nome da Assembleia Municipal na sua totalidade em nome de todas as bancadas, independentemente disso, nós temos um voto de pesar preparado para fazer a leitura mas que não faz menção a qualquer minuto de silêncio por partimos do princípio que isso não iria ser esquecido, iria ser lembrado hoje nesta sessão.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, mais uma vez lhe chamo a atenção para o seu bom senso. É que a única proposta que entrou neste sentido aí na mesa, foi a do Movimento Independente de Cidadania no sentido do minuto de silêncio e V.Ex.^a tão só, em termos regimentais devia lê-la ou então, se não pretendesse lê-la, que nós autorizámos que V. Ex.^a a leia, ou então dar a palavra ao líder da bancada do Movimento para a ler que o sentido é igual e o minuto de silêncio é igual e, faria sentido, porque V. Ex.^a em termos Regimentais não pode fazer propostas, quem as faz são os líderes das bancadas. -----

----- Senhor Presidente para que os trabalhos decorram bem chamo-lhe ao bom senso para este período, no entanto, se a pretender lê-la, lê, que é para não interrompermos com mais um minuto de silêncio. Certo? Muito obrigado.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Oh senhor deputado Oliveira e Sousa, independentemente das pessoas que estão inscritas, eu compreendo que há coisas que eu não faço, não quero e nunca farei, neste caso, política por causa de um minuto de silêncio. Eu dou-lhe a palavra para fazer a proposta que assim entender, e depois darei aos outros líderes de bancada a possibilidade de apresentarem também as suas propostas e depois faremos um minuto de silêncio, porque acho que o importante é o nosso comportamento da Assembleia Municipal para com os outros. Portanto, Senhor deputado Oliveira e Sousa queira apresentar a sua proposta.” -----

----- Usou da palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Com o devido respeito. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que se candidatou, tão só para dar esperança e dignidade às pessoas neste concelho face aos trágicos acontecimentos relacionados com os incêndios do Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, que muito entristeceram o país nos últimos dias, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho apresentar a proposta de ser cumprido um minuto de silêncio em memória das vítimas desta tragédia, bem como a expressão de condolências a todos os habitantes destes Concelhos a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

endereçar aos Executivos Municipais e Assembleias Municipais dos mesmos. -----

----- Montemor-o-Velho solidariza-se na dor e no sofrimento de todos aqueles que perderam familiares e bens e que agora precisam ser apoiados, quer no conforto da alma, quer no crescimento de uma nova vida.”

----- O PMAM deu a palavra ao membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente ao que se abordou, acho que o Senhor Presidente tinha toda a legitimidade de propor aquilo que bem entendesse e, portanto, parece-me que o momento não é para estarmos sequer com estes atritos. -----

----- A nossa moção é a solidariedade com as populações afetadas pelos incêndios em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes.-----

----- A Bancada da Coligação Mais por Montemor, (PPD-PSD/CDS-PP) da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho vem por este meio apresentar o mais profundo pesar e a sua solidariedade para com as populações de Pedrógão Grande e de outros Concelhos limítrofes que foram vítimas dos trágicos incêndios ocorridos. -----

----- A tragédia destes acontecimentos de uma violência sem precedentes para com as populações afetadas não deixa ninguém indiferente, associamo-nos à dor de todos os que nestes incêndios sofreram com este flagelo. Expressamos o nosso profundo pesar a todas as famílias que o fogo enlutou e uma palavra de encorajamento e solidariedade a toda a população afetada neste momento de dor e profunda consternação.

----- Manifestamos o mais sincero reconhecimento aos Bombeiros pelo trabalho de ajuda ao próximo, contribuindo para salvar vidas e bens, num esforço notável demonstrado neste momento difícil. Saudamos a sua coragem e desejamos as melhoras daqueles que se encontram feridos bem como a outros cidadãos que se encontram em recuperação. Finalmente saudamos as Instituições de Solidariedade Social, cidadãos anónimos e voluntários, que ajudaram a complementar os trabalhos de combate e socorro e que se encontram ainda a auxiliar todos os que precisam.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Voto de pesar pelos incêndios das últimas semanas. -----

----- A CDU, através dos seus membros desta Assembleia Municipal manifesta o seu sentido voto de pesar pelos mortos, feridos e restantes pessoas atingidas pela catástrofe vivida nesta última quinzena de junho nos concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Góis e Pampilhosa da Serra. Apresentamos os nossos votos de respeito e admiração pela ação abnegada dos Bombeiros Voluntários, da Cruz Vermelha - com especial apreço aos operacionais do nosso concelho, Pilotos, Operacionais da Proteção Civil, Militares, Instituto Nacional de Emergência Médica, Hospitais e Unidades de Saúde, assim como a todas as pessoas anónimas que se envolveram no combate às chamadas e apoio às vítimas. -----

----- Após tamanha calamidade, é preciso lembrar que estas tragédias “não acontecem só aos outros” e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

que devemos todos nós no nosso concelho de Montemor-o-Velho (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, GNR, Bombeiros e todos nós individualmente como cidadãos) estar atentos, fiscalizar, denunciar e refletir se tudo está a ser feito para ter a nossa terra protegida. Pedimos um minuto de silêncio. -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Quando pedi a palavra, não era exatamente para uma intervenção. Foi na sequência dos acontecimentos iniciais. Já aqui foi dito e eu reafirmo, o Senhor Presidente da Assembleia, como qualquer membro desta assembleia, porque também o é, não é só Presidente, tem legitimidade para fazer as propostas que entender. Já fizemos várias vezes neste órgão, infelizmente, porque quando fazemos é porque alguma coisa aconteceu de menos boa. Já não é a primeira vez que iniciamos os trabalhos dessa forma. Aquilo que eu estou a sentir tenho de o dizer. Querer fazer, pelo menos foi essa a sensação com que fiquei, aproveitamento político de uma situação como aquela que nós vivemos e que as pessoas viveram e que o país continua a viver, isso a mim é que me parece muito, mas muito mal. -----

----- Senhor Presidente eu sei que não gosta, mas eu sinto-me indignada nesta altura, enquanto membro desta assembleia, enquanto portuguesa por aquilo que aconteceu no início desta sessão. Em vez de estarmos exatamente a fazer um minuto de silêncio, homenagearmos as vítimas todas, e que não foram poucas, perante semelhante tragédia que foi vivida, estamos aqui a discutir política. Que eu saiba, e peço desculpa por aquilo que vou dizer, que pode ser o maior disparate. O jogo de Portugal não começou, não foi interrompido para depois fazerem as coisas. Foi antes de ter começado e, portanto, eu não consigo deixar de manifestar a minha indignação perante aquilo que aconteceu aqui.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Queria apenas recordar a assembleia, sinceramente enquanto pessoa, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não gostaria que esta se polémica se estendesse. É um pedido que faço. Entendam-no da forma que entenderem, é apenas um pedido que faço. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito Senhor Presidente. Acabei de ouvir falar a ilustre representante e líder da Bancada do Partido Socialista e eu, tenho que dizer à Senhora que acabou de falar, com toda a admiração que tenho por ela, mas, que realmente esquece-se o que são regulamentos, e nós não estamos aqui a fazer política por causa disso antes, pelo contrário, e V. Ex.^ª foi o causador porque, na verdade o que nós tivemos aqui e eu tive o cuidado de fazer esta proposta, não é o aproveitamento político é uma proposta e essa mesma proposta devia ser colocada a votação e V. Ex.^ª também não o fez. V. Ex.^ª desconhece os regulamentos. Assim como a sua representante do Partido Socialista por mais admiração que tenho por ela, mas realmente não posso comungar de tantas burrices.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: Uma vez que não tenho mais nenhuma proposta, vamos passar à votação das propostas apresentadas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- A proposta apresentada pelo MPT foi aprovada por unanimidade. -----

----- A proposta apresentada pela Coligação PPD-PSD/CDS-PP foi aprovada por unanimidade. -----

----- A proposta apresentada pela CDU foi aprovada por unanimidade. -----

----- Se a Assembleia me permitir, guardaríamos um minuto de silêncio.” -----

----- **Foi guardado um minuto de silêncio.** -----

----- “Senhoras e senhores deputados municipais, vamos então continuar a nossa assembleia e, a primeira questão tem a ver com a ordem de trabalhos. Julgo que não há nenhuma proposta de alteração à ordem de trabalhos portanto, podemos considerar a ordem de trabalhos aprovada.-----

----- Aprovada que está a ordem de trabalhos e, entrando no período de antes da ordem do dia, nós temos as duas atas para aprovar. -----

----- A ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2017, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

----- Relativamente à ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2017, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

----- Relativamente à correspondência recebida e expedida tiveram essa nota há, de facto, alguma questão que veio entretanto e que não foi do vosso conhecimento e uma que obrigatoriamente, temos nós que considerar aqui na Assembleia. Trata-se de um pedido de suspensão de mandato que eu passe a ler: “Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, solicito a V. Ex.ª a suspensão do mandato nesse órgão autárquico. -----

----- De acordo com o n.º 2, do artigo atrás referido, informo que o período de suspensão terá a duração de três meses.” -----

----- Este pedido é do Senhor deputado municipal Luís Manuel Barbosa Marques Leal, portanto, julgo que não há nenhum impedimento da Assembleia relativamente ao pedido, até porque está no período de um ano como é permitido pela nossa assembleia. A partir de hoje e durante três meses o deputado tem suspensão de mandato.-----

----- Interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de outras moções, requerimentos e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia.” -----

----- Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos. -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Foram entregues várias moções e documentos, passarei de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

imediatamente a palavra ao Primeiro Secretário, Carlos Lucas que apresentou aqui uma moção.” -----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS) – Congratulações de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Votos de Parabéns, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade.

----- Moção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Projeto de empreendedorismo “Munda Rice – produtos de papel de palha de arroz” dinamizado pela turma do 8.º C. do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho – felicitações pelo trabalho desenvolvido, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi rejeitado por maioria.-----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É sempre um orgulho qualquer atividade que se faça no Agrupamento de escolas de Montemor-o-Velho. Elas são muitas. O Plano Anual de Atividades tem cerca de duzentas páginas portanto, de facto, são imensas e muitas com muito sucesso, tal como disse o deputado Oliveira e Sousa. Eu só tenho aqui uma questão para o deputado Oliveira e Sousa, que é o seguinte: eu acho que muito bem a moção sim senhor, dar os parabéns, é entendimento da sua bancada nada a opor, mas penso que no meio com a crítica que há, que segundo diz, é uma realidade que desconhecemos. Os outros membros das outras bancadas desconhecem esses percalços que refere, e eu penso que esta moção com a forma como está elaborado o texto seria mais uma intervenção, porque há questões muito dirigidas à Câmara Municipal. Portanto, eu parece-me devemos dar os parabéns aos professores aos alunos e aos pais, mas com esta crítica pelo meio, penso que, se calhar, o deputado teria que repensar aqui um bocadinho, porque se for transformada em moção, nem o senhor presidente da Câmara, penso eu, poderá responder. Até podemos ter conhecimento de alguns constrangimentos, mas a grande maioria dos deputados irão votar um bocadinho às cegas, não é? Digo eu, porque as pessoas o que questionam é, mas aconteceu isso, não aconteceu? Se calhar, isto com uma intervenção, daria possibilidades, o Senhor Presidente de esclarecer e, todos ficaríamos esclarecidos, naturalmente e, não deixaríamos de dar os parabéns, naturalmente, mas com esta questão esclarecida. -----

----- Pede a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “No meio académico circula muito a expressão que qualquer burro come palha é preciso e saber-lha dar. Não é? Nesta moção que aqui foi apresentada, eu terei que estar de acordo com a deputada Cristina Jorge, porque é uma intervenção política. Ainda para mais, eu penso que o destaque que está aqui a ser dado, provavelmente se tivesse outro responsável à frente dessa iniciativa, se calhar não tinha o protagonismo que aqui está a ter por parte da bancada do MPT. Até porque é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

público que será o candidato deste Movimento Partidário às próximas eleições autárquicas, daí eu tenho algumas dúvidas. Não ponho aqui em causa o valor dos alunos e do trabalho que foi realizado, de facto ponho aqui em causa a intervenção política que esta mesma moção pretende alcançar e o protagonismo que pretende alcançar, independentemente do valoroso trabalho que os alunos, os professores e o Agrupamento de Escolas de Montemor. -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “A minha intervenção é exatamente no mesmo sentido, até, porque já tínhamos trocado algumas ideias eu e a deputada Cristina Jorge. É que efetivamente nós não queremos tirar o mérito de maneira nenhuma aos professores, aos alunos, aos pais, a todos os intervenientes desta atividade, esquecendo todas as outras. Aliás, políticas à parte, temos nesta sala alguém que por acaso é da bancada do PPD-PSD/CDS-PP que se calhar, em termos de atividades escolares é capaz de ter um manancial, não sei quantas vezes superior, que é Professora Susana Branco, que também não tenho problema nenhum em afirmar. Aliás, eu estava-lhe a perguntar se também não queria dizer exatamente a quantidade de prémios e de méritos e de coisas que tem feito na escola em prol dos alunos. Sem retirar os parabéns que a parte final da moção tinha, eu tenho muita dificuldade estava a comentar com a minha bancada, em conseguir votar esta moção da maneira em que ela foi redigida, porque estamos a esquecer efetivamente dezenas ou centenas de atividades, todas elas com muito mérito, para realçar politicamente uma turma com realce a um professor descurando os outros, e portanto faço minhas palavras da deputada Cristina Jorge.” -----

----- Pediu a palavra o membro Susana Branco (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu queria apenas acrescentar àquilo que a minha colega de bancada, Dr.ª Ana Cristina Jorge disse e a minha colega, Dr.ª Albertina Jorge, porque estamos aqui em bancadas opostas, mas não nos deixamos de ser colegas. -----

----- Nós temos mais de duzentos professores no nosso agrupamento, desde o pré-escolar ao ensino secundário. Muitos professores estão envolvidos em projetos nacionais e internacionais que obtêm muitos prémios de reconhecimento e de mérito, não quero obviamente, falar aqui do meu papel, nem das bibliotecas escolares onde o eu tenho o meu papel principal, mas quero falar em nome de todos os outros colegas que fazem um trabalho meritório para motivar, sensibilizar e projetar os nossos alunos para projetos nacionais e internacionais. Por isso fazer um aproveitamento político realmente deste tipo de moção que eu não ponho em causa que, não ponho em causa rigorosamente nada, o trabalho do meu colega Armando Maia. Conheço o projeto, acompanhei a Dr.ª Ana Filomena Neves, neste projeto sei o valor do trabalho, inclusivamente também colaborei com algumas coisas para ele e, tem todo o mérito, mas nós somos duzentos e tal professores e todos têm o seu mérito, mas nem todos têm voz nesta assembleia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, acabei de ouvir falar os mestres da política das várias bancadas. Os mestres das políticas das várias bancadas pensam até que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

Movimento Independente de Cidadania está a fazer política. Não! O Movimento Independente de Cidadania não dorme e está presente nos vários eventos, nas várias notícias que projetam o nosso Concelho. É de lamentar é que três professoras aqui disseram o que disseram. É de lamentar que estas mesmas professoras que aqui estão nunca tiveram a coragem, como elas dizem, de trazer aqui uma moção dos vários projetos que dizem elas que já houve muito meritórios. Eu desconheço esses projetos, mas efetivamente o Movimento Independente de Cidadania não deve nada a ninguém, nem teme ninguém, está aqui por Amor a esta Terra tão só e, para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu peço à Assembleia, independentemente da opinião e do pensamento e daquilo que pensamos do que cada um de nós fala, que é importante ouvirmos o cada um de nós diz. Pode retomar a palavra Senhor deputado.”-----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Quando estas três professoras, porque o são, falam em outros eventos e noutras situações, que mereceriam o conhecimento desta Assembleia ou deste Concelho e não o trazem porquê? São pessoas inibidas, São pessoas que não sabem o que dizem? Se calhar é. Agora, em função do que se diz aqui, em função do que o Movimento traz aqui é de uma mais-valia extraordinária. Uns miúdos, a darem cartas a esses velhos, que se dizem empresários, e eles a tornarem-se empresários, e converterem um facto, numa coisa importante que o concelho tem: a Palha do Arroz - transformada em papel. Isto não é obra de um professor por acaso, é o Professor Maia, é o Presidente do meu Movimento, não é isso que está em causa, não devemos ligar as pessoas aos movimentos políticos, devemos ligar àquilo que as pessoas valem e não àquilo que as pessoas são eleitas e não prestam para nada, não tem arte nem engenho para fazer nada. Aqui o problema que se levanta é tão-só este. Damos cartas ou empreendedorismo, pôr no sangue destes jovens que amanhã são homens e empresários para desenvolverem o nosso concelho. Para lhe darem alma para darem sangue para nós não morremos aqui encostados ao rio. É isso que eu enalteço, é isso que eu pretendo da moção, Senhor Presidente mais nada.”

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Deduzo das suas palavras que o texto da sua moção é aquele que apresentou na íntegra, portanto, que não atendeu àquilo que foi o sentido das outras bancadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu-me a palavra, eu tenho algumas dúvidas relativamente a esse esse aspeto, porque trata-se de uma moção da Assembleia e eu tenho sérias e fundadas dúvidas de acordo com o regimento se relativamente a este aspeto lhe posso dar a palavra.-----

----- Nessa perspetiva, vamos passar à votação da moção tal qual ela se apresenta e cujo texto, o senhor deputado Oliveira e Sousa leu. -----

----- A moção foi rejeitada por maioria com um voto a favor, seis abstenções e vinte e quatro votos contra.”

----- **Declaração de Voto da Bancada da “Coligação Mais por Montemor”:**-----

----- Usou da palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

“Naturalmente, eu não vou tecer considerações àquilo que o Senhor deputado Oliveira e Sousa disse, porque senão estaríamos aqui a alimentar uma polémica da qual não sairíamos tão depressa, portanto, o que fica dito, fica com o Senhor deputada Oliveira e Sousa. De facto, o Senhor tem que ser um bocadinho contido nas palavras, porque nós estamos aqui todos por amor a esta terra e, portanto, estamos aqui para a trabalhar e continuar a trabalhar até ao final do mandato. Agora não vamos estar aqui a enaltecer situações, nomeadamente com carácter político forte que foi aqui verificado por toda a gente, ou então andamos aqui todos enganados, toda a gente verificou isso e, portanto, vamos ser honestos nesta matéria. -----

----- Para além disso, eu quero-lhe dizer que o Plano Anual de Atividades do agrupamento é público, está na página do agrupamento. As atividades estão devidamente registadas em fotografias e em textos na página do agrupamento. A própria Câmara Municipal também divulga bastante atividades que são feitas porque elas, de facto, são imensas. O Plano Anual de Atividades tem mais de duzentas páginas, portanto, é um manancial de atividades e nós na Assembleia Municipal, eu, a Dr.ª Albertina e a Dr.ª Susana quando vem, se tivéssemos, de facto, essa intenção sistemática, nós não sairíamos aqui das sessões da Assembleia Municipal com tantas coisas que iríamos trazer aqui. Portanto, cada instituição, cada organização tem o seu plano, tem as suas atividades, promove-as, dinamiza-as da melhor forma possível. De facto, aqui tenho que realçar o papel empenhadíssimo dos docentes que são muitos, são mais que duzentos e cinquenta, o agrupamento tem trezentas e cinquenta e seis pessoas a trabalhar e, portanto, é muita gente e nós não faríamos mais nada se não fosse trazer aqui, de facto, essas atividades. -----

----- Enaltecer o papel dos professores, enaltecer o papel dos assistentes operacionais que dão muito de si também, enaltecer o papel dos alunos que, apesar de sermos um agrupamento situado numa zona rural, acho que devido à sua dimensão, mesmo assim, conseguimos ter uma organização e, de facto conseguimos dar um contributo de muito valor à sociedade e, por fim também, porque os pais são parte fundamental na educação dos seus filhos e são parceiros fortes em qualquer instituição de ensino também aqui, uma palavra de apreço e do reconhecimento pelo seu papel. De facto, tudo isto é possível, é possível trabalhar num agrupamento com esta dimensão, com uma organização quase insustentável, porque é uma organização pública que tem que trabalhar e que tem que demonstrar aquilo que faz, e portanto, eu quero deixar aqui essa palavra de reconhecimento e da apreço, não esquecendo também as entidades que colaboram connosco, nomeadamente as juntas de freguesia que são muito importantes a trabalhar com o Agrupamento, o Centro de Saúde, a Câmara Municipal, as IPSS's, as Santas Casas da Misericórdia enfim, um manancial de pessoas que trabalham para estes projetos que são nacionais, que são internacionais facto e que, apesar de termos votado contra o cariz político desta moção, não posso deixar de hoje e porque estamos quase a terminar também o mandato, deixar aqui esta palavra de agradecimento a todas as pessoas, naturalmente pela sua prestação e pela sua boa vontade para que tudo corra bem.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- **Declaração de Voto da Bancada da CDU:**-----

----- Usou da palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Senhor Presidente, que fique claro que o nosso sentido de voto não tem rigorosamente nada contra o trabalho desenvolvido pelos professores e pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor, neste trabalho. Volto a salientar que o conteúdo desta moção que deveria ter sido feita uma moção de louvor ou um agradecimento ou o que quer que fosse aos alunos, aos professores e ao Agrupamento pelo trabalho desenvolvido e, posteriormente, haver um a intervenção à parte política de tudo aquilo que o MPT - Partido da Terra encontrou ou que foi denunciado. Então sim devia ter explicado numa intervenção à parte tudo o que lhe vai na alma, tudo o que no seu entendimento correu mal, onde é que a Câmara faltou, não faltou, as dificuldades que tiveram... essa intervenção e esse cariz político devia ser inteiramente à parte da moção que aqui deveria ser votada. -----

----- Também deixar aqui uma nota que pela intervenção do Senhor deputado Oliveira e Sousa, nos quer parecer a ideia de que foi o Professor Armando Maia que inventou o papel feito de Palha de Arroz. Estamos certos que não foi porque é um processo com séculos de existência. Por isso, queremos-nos demarcar deste aproveitamento político que, no nosso entendimento, estava explanado nesta moção e que, de facto, levou a que o nosso sentido de voto fosse a abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto da Bancada do PS:** -----

----- Usou da Palavra o membro Albertina Jorge que disse: “Uma declaração de Voto no sentido de esclarecer que tal como tinha sido previamente dito, o nosso voto contra não tem nada a ver com a atividade desenvolvida com o trabalho dos professores, dos alunos de todos os envolvidos que é meritório, mas sim, pela maneira como a própria moção em si foi redigida e que, logicamente, nos termos em que foi a mesma nunca poderia ser votada favoravelmente por esta bancada. Se fosse só a parte final teria de certeza absoluta, outro sentido de voto.” -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – A piscina da discórdia ou as obras de Santa Engrácia, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05. -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – A Falta de manutenção da ex N111, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06. -----

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Vivemos num Concelho relativamente pequeno onde quase todos se conhecem ou se cruzam e consta-se que vai haver o encerramento de salas de jardins-de-infância. -----

----- Tanto quanto nos fizeram chegar corre então um rumor que no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho estarão a dizer que já não há vagas no Jardim-de-infância da Carapinheira, pois iria encerrar uma sala para o próximo ano letivo. -----

----- A CDU admira-se com tal rumor já que na informação que nos chegou relativamente ao fornecimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

de refeições escolares constam trinta crianças para o Jardim-de-Infância o que daria para manter as duas turmas. -----

----- Insinua-se também que o Centro Paroquial que até então está responsável pelo transporte destas crianças e pela componente de apoio à família tem manifestado o seu desinteresse nesta responsabilidade para o futuro condicionando alguns pais na hora da matrícula dos seus filhos para o próximo ano. Em relação ao encerramento das salas, conseguimos perceber que também haveria a possibilidade de encerrar uma sala na Bunhosa e uma sala em Arazede. A CDU pede e agradece ao Executivo que esteja atento e providencie todos os esforços necessários para que tal não aconteça e não seja mais apenas do que um rumor.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu estava a olhar para o Senhor Presidente da Câmara, porque isto efetivamente, tem a ver com a rede escolar. A rede escolar não é da competência do Município. É e não é porque o Município também é ouvido, mas é uma competência do agrupamento isto é, aquilo que o agrupamento faz é receber as matrículas das crianças. Há um período, agora não me recordo do n.º do despacho, que determina o período de matrículas que terminou na penúltima sexta-feira. No entanto, nós continuamos a aceitar matrículas, porque a plataforma onde nós inserimos os dados está aberta até 14 de Julho, portanto, até essa data nós estamos a aceitar matrículas mesmo fora de prazo. Nós só podemos trabalhar com dados que nós temos das matrículas dos alunos que estão efetivamente matriculados. -----

----- Porém, há aqui duas situações que as pessoas provavelmente desconhecem, porque elas estão descritas em despacho e nós temos que nos orientar por aí. Que são as crianças que fazem 3 anos até 15 de setembro, elas contam para turma isto é, quando estamos a elaborar as turmas, aquelas crianças são fixas e, portanto, basta haver por exemplo, 26 alunos do pré-escolar que 3 anos e mais até 15 de setembro, portanto elas contarão para turma e nós aí podemos propor duas turmas. Se nós tivermos alguns alunos que fazem 3 anos depois de 15 de setembro, acontece que elas não contam para turma, tanto que são consideradas provisórias, só se abrir a turma ou poderá haver turma com insuficiência noutra turma e, portanto, estas crianças são canalizadas para a segunda opção. O mesmo acontece no primeiro ciclo, as crianças que fazem 6 anos até 15 de setembro são contabilizadas para a abertura de turma e, todos os que fazem anos após 15 de setembro são considerados provisórios, não contam. -----

----- O Agrupamento desde sempre conseguiu bem negociado e bem batalhado com a DGESTE, porque não somos nós que aprovamos as turmas, temos conseguido que por exemplo, em Pereira no ano passado, não tínhamos condições para abrir duas turmas de primeiro ano e, portanto, essa situação foi muito trabalhada com a DGESTE e, de facto, foram conseguidas duas turmas de primeiro ano na casa dos dezoito alunos. Se bem, que haviam muitos alunos que faziam anos após 15 de setembro, mas conseguimos. Dava só para uma turma, mas conseguimos essas duas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- Relativamente à Carapinheira, quem nos dera a nós que tivéssemos duas turmas, porque, para além de ser um Jardim com excelentes condições, seria de todo importante manter aqueles dois lugares. Nós nunca rejeitamos qualquer tipo de matrícula. Todas essas crianças de 3 anos ficam condicionais, mas se houver vaga e se houver condições para abertura da turma, naturalmente que sim.-----

----- A Bunhosa, não se põe em questão fechar, porque a Bunhosa tem crianças (14 ou 15) e, continuará a funcionar naturalmente.-----

----- Arazede, neste momento, tenho algumas dúvidas assim como a Carapinheira é verdade, essa questão pode-se colocar, porque nós até podemos sugerir e colocar na plataforma duas turmas, o que é certo é que nós temos de colocar lá os alunos que são provisórios, que fazem anos após 15 de setembro e a DGESTE pode nos devolver a plataforma e dizer: não os senhores agora se faz favor colocam as turmas exatamente nas condições que a lei vos obriga e portanto, mesmo que às vezes queiramos negociar, não temos muita facilidade e é normal também que nós com a boa vontade de aceitarmos sempre os alunos, há muitas turmas no Agrupamento que não estão legais isto é, têm mais alunos do que aquilo que deviam ter porque às vezes, temos crianças com necessidades educativas especiais logo no primeiro ano, em que as turmas só podem ter 20 alunos e, no sentido de querermos que todas as crianças fiquem, nós normalmente aceitamos mais alunos depois, claro devidamente autorizado pelo Conselho Pedagógico.-----

----- Realmente esta esta fase das turmas e desta negociação toda não é fácil e a plataforma de facto, é muito específica e, provavelmente não sei se conseguiremos, mas realmente também é para nós uma preocupação.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, eu acho que o que acabámos de assistir aqui enfim, nós temos uma intervenção política a que o Senhor Presidente da Câmara automaticamente encolhe os ombros diz que não sabe de nada, mas depois temos aqui uma deputada eleita pelo PSD que debita informação enquanto professora do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. Eu não acho isso correto em primeiro lugar. Não acho correto porque a intervenção foi toda enquanto professora e membro penso que de direção na parte do 1.º ciclo e Jardim-de-Infância. Não gostei do que ouvi, sinceramente e, da maneira como foram aqui trocados os papéis, digamos assim.-----

----- De lamentar mais uma vez que, perante as palavras que aqui foram ditas pela deputada Ana Cristina Jorge que, de facto, uma das turmas do Jardim-de-Infância, pelo que foi dito aqui, de certeza que vai encerrar. Lamentar também que não esteja aqui a Vereadora com competências na área da educação porque, numa altura destas de matrículas em que há obrigação, quer do Executivo, quer do Agrupamento de Escolas trocarem informações e, estarem devidamente informados sobre o número de alunos, o número de turmas que existem, o número de alunos que se estão a matricular e preparar já o próximo ano letivo é, de facto lamentável que não tenhamos aqui uma resposta por parte de quem tinha o dever e o direito de esclarecer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

as pessoas que estão preocupadas com esta situação.” -----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu peço imensa desculpa. De facto, eu quis apenas clarificar as pessoas, que há uma lei que nos rege e, é por aí que nós temos que nos alimentar, porém, volto a pedir mais uma vez, desculpa e, não voltarei de facto, a fazer qualquer esclarecimento para que as pessoas fiquem devidamente elucidadas. É o meu trabalho e portanto, eu achando que se todos tivermos mais esclarecidos estaremos melhor, podendo colocar outras questões, mas peço desculpa.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu sobre as questões que me foram colocadas, eu vou aqui expressar o meu veemente protesto e lamento, pela forma como foi aqui apresentada uma moção e sob a forma de moção onde eu não posso falar, onde eu não tenho o direito de resposta, onde eu não posso intervir sobre uma questão que ainda por cima, contém informação não verdadeira. -----

----- Ponto 1. Lamento profundamente que o Senhor deputado Oliveira e Sousa não tenha feito mesmo quando alunos da Escola Profissional foram premiados neste mesmo concurso com o primeiro prémio e que não mereceram qualquer menção por parte do Senhor deputado Oliveira e Sousa. Lamento profundamente que o senhor deputado Oliveira e Sousa não tenha feito uma moção de elogio a uma turma do 1.º Ciclo que ganhou um prémio para a melhor história sobre D. Sesnando e sobre o período da reconquista, onde eu estive presente no Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e estive presente e fiz questão de estar presente para partilhar com essas crianças o primeiro prémio e também não vi lá, nem sequer ouvi nenhuma Moção do senhor deputado Oliveira e Sousa e, depois, também protesto de forma veemente a forma como expôs nessa moção e não disse tudo, ou pelo menos, não foi suficientemente esclarecedor. A Câmara Municipal, eu próprio telefonei ao professor Armando Maia disponibilizando-me para aquilo que fosse necessário. A Câmara Municipal forneceu transporte, merchandising (sacos com panfletos promocionais do concelho) livros e fornecemos o roll up do Município para eles estarem devidamente assinalados no Pavilhão da CIM-RC. A única coisa que recusamos e eu vou passar a explicar, foi que tivéssemos um stand próprio, porque nós temos dois problemas com stand próprio. Nós estamos a criar um stand de promoção do município em outros eventos e portanto nós não queremos estar presentes em feiras, eu disse isso logo na CIM-RC portanto, eu neguei logo a minha presença na CIM-RC. Nós queremos ter um stand próprio com layout próprio, com um conjunto de acessórios próprio do Município digno, porque não vamos lá inventar. A promoção do Município não se faz de forma arcaica ou improvisada. Eu expliquei isto o Professor Armando Maia e portanto, nós temos isso em preparação, é um stand caro e o projeto está em curso e portanto foi a única coisa que não fornecemos e também não é meu hábito andar por todos os eventos que envolvam as crianças e os estudantes das nossas escolas porque, na realidade como aqui foi dito, são muitos eventos, são muitas iniciativas dos professores e não havia tempo para estar presente em todas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- A moção tal como está escrita, é política Senhor deputado Oliveira e Sousa e é uma vergonha fazer política com crianças da idade da minha filha e com a turma da minha filha. Para que fique bem claro que eu não admito que essa moção chegue à minha filha, porque eu não quero a minha filha envolvida nas suas políticas.-----

----- Sobre a questão das piscinas da Carapinheira. Não é uma piscina, é um tanque, assumo aqui perante todos para que não haja dúvidas. É um tanque de recreio que é composto por um tanque principal e um tanque infantil e, aquilo que foi ali feito, foi feito num espaço cedido à Câmara Municipal e já agora para esclarecer definitivamente a questão do palco e a questão daquilo que estava. Isso fazia parte de um projeto, de um arquiteto e esse projeto nunca foi aprovado na questão do palco pela Câmara Municipal e, portanto, nunca foi licenciado nem nunca houve qualquer o financiamento para esse palco. Efetivamente fazia parte de um projeto, mas nunca foi aprovado na Câmara Municipal.-----

----- Eu vou explicar o raciocínio se quiserem entender, entendem se não quiserem. Foi solicitada uma infraestrutura para aquele espaço, para animar o espaço. É um espaço frequentado pelos pais, pelas crianças e pelas famílias da Carapinheira. Foi solicitada uma infraestrutura que tivesse balneários e um espaço que tivesse um pequeno bar e daqui surgiu a ideia de criar ali um espaço de recreio ou seja, de ainda complementar mais aquele espaço que não estava a ser utilizado para nada, não tem quaisquer condições para fazer qualquer palco, não dá para fazer nenhum palco, se mal dá para fazer os dois tanques, quanto mais para um palco e, portanto, um palco com espetáculos que aguentassem espectadores e, por isso mesmo, foi decidido criar mais uma atração para aquele espaço mais uma atração para a Carapinheira e já agora, sempre em comunhão, sempre em partilha de opinião com o Senhor Presidente da Junta, porque efetivamente aquele espaço estava morto, não tinha qualquer utilidade, estava sem qualquer vida e, por isso, nós entendemos que aqueles espaços que são visitados pelas pessoas, se nós lhes dermos mais atratividades, mais atrações, nós enriquecemos e, podemos ainda melhorar mais a qualidade de vida daquela população. Esta é a explicação pura e dura da razão de ser daquele empreendimento e o valor é este. Há ali mais uns arranjos exteriores que têm que ser feitos, mas aquilo vai ter dois tanques como eu disse, um tanque principal, um tanque para as crianças, vai ter um espaço para bar, vai ter um espaço para balneários que vão servir também do outro lado, para sanitários do jardim público. Esta é a forma de fechar aquela obra, enfim, aquele espaço. Foi essa a solução que encontramos. Podem estar contra podem não concordar, fizemo-lo de boa fé e com a esperança de que os Carapinheirenses e não só, lhes vai agradar e vão desfrutar do mesmo espaço. Pretendemos no futuro fazer um protocolo com a Junta de Freguesia, no sentido de eles próprios poderem explorar o espaço e garantir as condições de segurança do mesmo espaço de lazer e de recreio. Esse acordo também está pré-estabelecido, depois virá aos órgãos competentes da Câmara Municipal para que seja estabelecido quando a obra estiver concluída.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- Quanto à Estrada Nacional 111, senhor deputado Oliveira e Sousa, dar-lhe nota que já em outubro foi lançada a obra e, se estiver atento, é um dos conjuntos de obra para a Estrada Nacional 111. Fazer o arranjo total e global da EN 111 tem dois problemas gravíssimos. Primeiro a circulação rodoviária intensa que iria provocar o caos. Aquilo que vamos fazer são intervenções faseadas, desde a rotunda dos Rosmaninhal até a Tentúgal e, vamos fazer intervenções de reparação daquelas zonas que estão danificadas. Isso já está adjudicado e vai iniciar a obra de brevemente. -----

----- Infelizmente, as solicitações dos vários municípios das redondezas e do país são muitas neste período e, portanto, os empreiteiros demoram a vir para as obras, mas a seu tempo a EN 111 terá a sua intervenção.

----- Dar nota que, na passada assembleia critiquei a senhora deputada Cristina Jorge, porque sinceramente, eu não posso deixar de criticar quando uma pessoa que é detentora de informação não a usa e, naquele caso, da passada Assembleia, eu entendi que ela tinha informação suficiente para não fazer a pergunta e, portanto, eu se sou jurista, não posso perguntar o que é um direito ou o que é uma questão jurídica, porque efetivamente a questão jurídica básica ou essencial, porque parece mal eu esquecer-me que sou jurista e, portanto, eu quero-lhe dar aqui um elogio por aquilo que fez. Se no passado a critiquei aqui vou elogiá-la com grande afincio por aquilo que fez e acho que, contrariamente àquilo que disse, deve intervir sempre. Se sabe informação e pode enriquecer a Assembleia com a sua informação, enriqueça-a, porque eu efetivamente desconheço o encerramento de qualquer sala e, também por aquilo que disse, ainda não posso conhecer.-----

----- Dizer à Senhora deputada Carolina que é legítimo, eu vou estar atento e vamos fazer aquilo que for possível. Agora há uma coisa que eu não posso fazer, é crianças.-----

----- Com todo o respeito, eu compreendo e vou estar atento e vou-lhe dizer outra coisa. Eu estou tão preocupado que que são para além da Vereadora, disponibilizei a minha adjunta e é sabido, ela anda todos os dias nas escolas, é simplesmente impecável. Eu tenho que deixar este elogio aqui. Eu decidi intervir mais ativamente nas escolas e disponibilizei a minha adjunta para o fazer e ela está a fazê-lo de uma forma exímia e aqui lhe deixo um elogio público. Não é estar a elogiar em causa própria, eu penso que ninguém aqui vai contestar aquilo que eu estou a dizer. Ela está a fazer um trabalho incrível desde as pequenas reclamações porque tem outra disponibilidade, dado que a Senhora Vereadora está a tempo parcial, ela está a tempo inteiro está a usar o seu tempo inteiro também para isso. Efetivamente vou estar atento agora, não podemos é fazer/inventar crianças.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente tenho aqui algumas questões para colocar e uma delas já se falou aqui da piscina da Carapinheira, eu não vou adiantar mais pormenores, porque muito ainda se há-de falar sobre esta obra, mas apenas deixar aqui uma questão, se a referida obra não necessita de edital da Câmara Municipal com licenciamento da obra. Uma vez que não há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

nada afixado nas imediações da piscina. Está isenta, portanto? Estamos esclarecidos -----
----- Quería também aqui deixar outras questões relacionadas com o ressurgimento da Praga de Jacintos no leito abandonado a do rio Mondego. Se a autarquia já tomou, de novo, algumas iniciativas; se já entrou em contacto com quem tem que contactar, responsabilizando quem tem que responsabilizar e, se durante o período que mediou a primeira intervenção até ao período da nova Infestação, se pôs em prática algumas medidas que travassem o reaparecimento desta planta infestante. -----
----- Também aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara, se houve alguma questão, algum problema relacionado com a dispensa de Bombeiros Voluntários que são ao mesmo tempo funcionários da Autarquia, durante o período em que deflagraram os incêndios em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos; Se houve por parte do Senhor Presidente da Câmara algum impedimento que estes funcionários deixassem de cumprir com o seu trabalho na Autarquia e fossem desempenhar tarefas de voluntariado, devido ao estado de calamidade próximo e da sua importância no terreno. -----
----- Também aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara, se a Autarquia está neste momento disponível e, devido ao acidente que ocorreu com o carro de comando da Corporação de Bombeiros do Concelho, para ajudar a corporação na aquisição de uma viatura para ocupar o lugar de que ficou danificada durante o acidente e que não é possível reparar.” -----
----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, eu queria responder ao senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara já nos habituou com aquelas palavras tediantes em que diz que a verdade é uma, mas o que acontece é outra. -----
----- Na verdade, quando me diz que estou aqui, estamos aqui nós a fazer política do empreendedorismo e da riqueza deste Concelho por aquelas crianças, que conseguiram transformar um empreendimento e criar uma empresa para daí fazerem ver aos mais velhos, não sei até que ponto, efetivamente, um ser pequeno não goste de estar integrado neste empreendedorismo, nesta forma de estar, nesta criação, nesta dignidade. É o que nós trazemos aqui, não é fazer política. O que nós temos aqui é enaltecer estes seres que lutam por uma causa melhor e por um território melhor, que é Montemor-o-Velho. -----
----- Quanto ao tanque, ainda bem que o senhor Presidente já admitiu que é um tanque. Só queria colocar uma questão, porque isto poderá ter a ver com responsabilidade civil. Se, para este efeito, houve deliberação da Assembleia de Freguesia, é essa questão que lhe deixo. -----
----- Quanto à 111, já há bastante tempo que andamos a questionar o Senhor Presidente acerca das obras na 111: faz-se amanhã; faz-se depois de amanhã; estão adjudicadas, mas hoje, se calhar, a partir de 1 de outubro então teremos a materialização destas obras. -----
----- Uma vez que ainda estamos no ponto antes da ordem do dia, eu queria intervir noutra situação e, intervenho, não no sentido de criticar o Senhor Presidente, pessoa pela qual o admiro e respeito como V.^a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

Exa. sabe e, quando eu tenho que enaltece-lo, eu enalteço-o, ou quando tenhamos que o criticar, nós criticamos.-----

----- V.ª Exa. há pouco alterou-se. Não é timbre V.ª Exa. alterar-se, nem eu esperava que V. Ex.ª se alterasse. Mas eu não vou responder à sua alteração, o que eu quero aqui e que nós queremos aqui dizer e trazer é enaltecê-lo pelo encontro de empresários e dirigentes do Concelho de Montemor-o-Velho no passado dia 14 deste mês. Iniciativa que constitui uma mais-valia para o tecido empresarial e dirigente no Concelho. Tiro-lhe o chapéu Senhor Presidente. Contudo, como não há bela sem senão, lamentamos que esta iniciativa tenha o seu desenvolvimento apenas no final de um ciclo autárquico parecendo por isso constituir, por um lado, o cumprimento apressado de um hipotético compromisso mal conjunturado e, por outro, uma estratégia puramente eleitoralista. Lamentamos que, no decurso dos últimos quatro anos, o tecido empresarial e dirigente do concelho de Montemor-o-Velho tenha estado arredado das grandes decisões autárquicas e mesmo da grande maioria dos eventos de promoção concelhia. Isto contraria a nossa lógica de desenvolvimento empresarial e de promoção das mais-valias das escassas empresas que ainda se mantêm em Montemor-o-Velho e de todas aquelas que o querendo fazer, se deparam com inúmeros obstáculos burocráticos institucionais. Não conseguimos compreender a falta de investimento empresarial que o Concelho apresenta comparativamente com o que se passa em concelhos limítrofes como Soure, Condeixa-a-Nova, Cantanhede, Figueira da Foz e Coimbra, mais dinâmicos mais empreendedores, por conseguinte mais desenvolvidos. -----

----- Para o Movimento Independente de Cidadania por Amor a Esta Terra, quer assumir uma postura diferente daquela que o atual executivo camarário defende e pratica, desejamos conhecer, por outro lado, das empresas e hipotéticos investidores, porque ali não o referiram, quais os obstáculos ou constrangimentos que consideram existir em Montemor-o-Velho e que impedem e dificultam a expansão do tecido empresarial. Questionar o Senhor Presidente da Câmara se fez algum inquérito neste sentido e qual o seu resultado. Questionar também o Senhor Presidente da Câmara, porque é que em Montemor-o-Velho não existe uma associação de empresários quer nos ramos da restauração, quer nos ramos agrícolas, quer nos ramos industriais, de indústria transformadora, quer no ramo das florestas, porque é que não se materializou uma iniciativa, e porquê? É que sós, não podemos ir a lado nenhum. Temos que privilegiar este associativismo, e porquê? Para termos outros interlocutores e que nos respeitem e numa só palavra consigam ter o diálogo com os vários empresários existentes no Concelho. Eu queria saber porque razão, V. Exa. Senhor Presidente, que é um homem inteligente, que é um bom advogado, é um belíssimo jurista, ainda não fez Senhor Presidente. É essa questão que eu deixo a V. Exa., se pretender responder, ou não. -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Neste período antes da ordem do dia apenas pedir alguns esclarecimentos, mas dar aqui também uma nota final. Em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

primeiro lugar, não podia deixar também de reiterar aqui os pedidos de esclarecimento que foram feitos pelo deputado Ricardo Brites relativamente à praga de jacintos e ouvir também, qual é a solução ou estratégia que está a ser pensada e ponderada pelo executivo camarário relativamente a essa essa situação. -----

----- Depois, queria pedir aqui um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, porque chegou-me às mãos um boletim promocional, digamos assim, do Concelho de Montemor, em que ao que parece duas legítimas ilustres funcionárias da autarquia foram promover o Concelho para uma feira nomeadamente, em França, pelo que me chegou aqui do boletim e, os esclarecimentos que eu pedia aqui ao Senhor Presidente da Câmara, era relativamente a essa feira, o porquê de deslocação a essa feira, o facto de terem sido essas pessoas a irem promover o concelho. Aparentemente e da maneira como me contaram as coisas eu, até inicialmente, pensei muito bem, promover o Concelho, é sempre viável e é sempre de louvar levarmos o nome do Concelho por esse mundo fora. No entanto, quando me debrucei a verificar este boletim, prospeto, o que é que vinha aqui designado, reparo que a vêm aqui uma série de anúncios a casas e terrenos para vender. Pessoalmente digo-lhe já que acho que tem que repensar um bocadinho as fotos que colocou aqui para suscitar alguma curiosidade aos turistas olhe, a mim que sou de cá nenhuma me suscitou qualquer curiosidade por isso, acho que aqui as coisas deveriam ser repensadas e também perceber qual foi o critério que foi usado para estarmos aqui a promover algumas destas moradias e não promovermos outras moradias, até porque muitas delas até são a chegadas a alguns elementos do seu partido portanto, deverá haver aqui algum critério nessa matéria que gostaria que me esclarecesse. -----

----- Dar nota também aqui, ainda antes de terminar, e tal como já foi referido aqui em intervenções anteriores, nós vamos estando atentos àquilo que é colocado no portal relativamente à questão dos ajustes diretos, que já uma vez aqui, vim levantar esta questão e, como estamos quase em final de mandato não poderia deixar de voltar aqui a reiterar algumas dessas questões que referi, porque foi-me atualizar de como é que estavam esses ajustes e fazer um briefing do que é que tinha sido tudo feito desde 2013 para cá. Claramente que nos chamou a atenção os valores mais uma vez que foram usados e os montantes elevados que estamos aqui a falar de cerca de quatro milhões de euros só em ajustes diretos relativamente a bens móveis e a serviços, onde mais uma vez me permitam que destaque aqui dois ou três para não me alongar muito. Não vou falar como falei da última vez da questão da maquinaria, porque aí já estamos num montante extremamente elevado onde já estamos a falar de cerca de um milhão de euros em ajustes que foram para aquisição de maquinaria. Também como já foi referido pelo deputado Oliveira e Sousa relativamente àquilo que veio aqui adjudicado relativamente à questão da piscina da Carapinheira que foi das últimas e, também, ainda destacar e, dar aqui alguma sugestão, porque verifiquei que relativamente à construção do balcão único aqui no Município, que salvo erro, penso que os valores andam a rondar os duzentos mil euros de investimento mais coisa menos coisa. Da primeira leitura que fiz apercebi-me disto, mas pode ser muito mais.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- Aquilo que eu deixava aqui uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara e, a quem de direito que alguns Municípios que já também já notei que estão a adaptar este balcão único para horários mais flexíveis às pessoas onde, nomeadamente alguns deles até têm, por exemplo, estes serviços a funcionar ao sábado de manhã para facilitar que os munícipes venham e possam usufruir, até porque há muitos que não têm flexibilidade horária durante a semana que isso possa permitir e, deixar aqui essa sugestão. -----

----- Depois também e para terminar na parte de serviços destacar o valor que vem sendo referido na parte da prestação de serviços de limpeza nos edifícios da Câmara, que como já referi ao longo dos últimos tempos, que tem sido um valor bastante avultado, e depois também, dar só mais duas notas uma referente aqui à mudança das lâmpadas na Rua Doutor José Galvão para Led'S em que vi que estamos a falar de montante de cerca de dezasseis mil e seiscentos euros. Espero que este montante venha a compensar num futuro próximo esta mudança e este investimento avultado, isto para referir que estamos aqui a falar de oitenta a noventa lâmpadas mais ou menos, não sei se Nacional 111, qual será o valor que tenhamos nesse sentido. Estamos a falar na empresa Somitel que tem também o placard de Led's, lá em cima ao pé da rotunda que esperemos que, pelo menos esteja a funcionar até ao final do ano. -----

----- Depois por último para terminar, também verifiquei agora das últimas adjudicações que tinham sido colocadas no portal a adjudicação relativamente a um Team Building que foi feito pela Câmara Municipal durante três dias, que era para 72 participantes. Eu não tenho nada contra o Team Building, antes pelo contrário, até porque já participei em muitos e acho que é uma mais valia para a criação de sinergias e trabalhos da equipa, etc, para que as pessoas tenham um relacionamento muito melhor no trabalho. No entanto, a única coisa que eu quero chamar a atenção é que tem que haver aqui também algum peso e alguma medida nas coisas até porque o valor que estamos a falar que foi gasto em 3 dias nesta questão deste Team Building, corresponde, por exemplo, se formos verificar o orçamento para 2017, a um terço do orçamento previsto pela Câmara para o apoio regular à parte da cultura, por exemplo e, acho que temos que saber pesar aqui o que é que gastamos de um lado, o que é que gastamos no outro e, as quantidades que iremos gastar. Também referir que isto é um Team Building que espero que tenha sido para os funcionários da Câmara e que a grande maioria que tenha usufruído disto e que não seja também nenhum a aproveitamento, digamos assim, porque acho que isto é um Team Building que deve ser usado exclusivamente por funcionários, e não por pessoas que são nomeadas ou eleitas etc., para estar aqui neste convívio. Isto é um convívio de funcionários ponto final. No entanto, fica ao critério de quem o faz. -----

----- Para terminar, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que iremos estar atentos até ao final do mandato ainda mais, de qual será o valor que estes ajustes diretos ainda irão ascender até ao final de setembro." -----

----- Pediu a palavra o PJF de Santo Varão, João Girão que disse: "Eu só pedi a palavra para fazer aqui duas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

ou três considerações àquilo que ouvi aqui dizer pelo senhor deputado Francisco Mano. -----

----- Começava por lhe dizer que quem não se sente, não é filho de boa gente. É óbvio que sou eu o membro do Partido Socialista que mandei alguns imóveis para a feira de Paris, mas o que lhe queria dizer Senhor Doutor Francisco Mano, é que o facto de ser do Partido Socialista é impeditivo de ser mediador imobiliário no Concelho de Montemor-o-Velho? Essa era a primeira questão que gostava de lhe colocar. -----

----- O segundo esclarecimento que lhe queria deixar é que à altura, eu era o único mediador licenciado no Concelho de Montemor-o-Velho, o qual também não tenho culpa da situação, fui chamada à Câmara pelos serviços por causa da sua feira, visto ser o único mediador e por sugestão minha foram convidados outros mediadores dos Concelhos limítrofes onde estiveram todos nesta sala, reunidos comigo e com o Senhor Presidente da Câmara e que criámos aqui uma forma de enviar os imóveis para a referida feira. Todos indicaram os imóveis que muito bem entenderem. Nessa reunião escolhemos, penso que foram cinco imóveis cada mediador imobiliário e quem quis, mandou as fotografias que quis e a Câmara fez a composição do folheto que nos mostrou antes de enviar para Paris portanto, esses eram os esclarecimentos que lhe queria dizer em relação a isso. Realmente, nada me admira nesta altura em que estamos, porque nas eleições autárquicas em 2013, elementos do seu partido, quiseram boicotar a minha ida à mesa de voto com o meu carro com publicidade. Já agora, também não podemos ter carros com publicidade com o nosso nome, se calhar aqui a história de ir a Paris ou não ir a Paris, mandar imóveis ou não mandar imóveis, se calhar também deveria ter reconsiderado esse meu envio.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar responder ao Senhor deputado Ricardo Brites. Na questão do edital, o edital é só para obras financiadas, não estou a ver razão nenhuma para fazer qualquer edital como sugeriu. Nós vamos colocar por acaso editais em todas as obras por uma questão de informação e divulgação, todas as obras que estamos a fazer, vamos colocar, já solicitei aos serviços para colocar o montante, quem foi o empreiteiro, por uma questão de esclarecimento, de transparência. Eu pedi aos serviços, não somos obrigados, mas todas essas obras de estradas e arranjos urbanísticos vão ter uma placa identificativa com todos esses montantes e com isso tudo para que se saiba, o que é que se gastou o que é que não se estou. Gosto de transparência e, por isso mesmo, assim se vai fazer. -----

----- Quanto à questão dos jacintos de água, eu já sabia que isto ia acontecer, porque eu disse que nós íamos intervir e que iria passar a partir daí, a ser uma obrigação da Câmara Municipal, limpar sempre os jacintos. É que agora já nem se fala nas entidades, parece que toda a gente lhe deu um lapso de memória. Varreu-se quem são as entidades responsáveis passou a ser a Câmara Municipal. Senhores deputados, eu gostava de ter solidariedade neste ponto e não gostava de ter crítica, mas ainda assim, porque nós já sabemos quem são essas entidades e que não vou fazer nada mais uma vez, nós já estamos a iniciar trabalhos preparatórios, já vamos na ponte da Alagoa, já estamos a limpar as margens novamente para intervir para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

tirar os jacintos do leito abandonado e vamos fazê-lo mais pausadamente, até porque estamos num período crítico, os jacintos não podem descer o rio, porque eles vão parar às praias e, portanto, eu não quero aqui o Senhor presidente da Câmara da Figueira da Foz a insurgir-se contra nós e, portanto, há aqui um sentido de responsabilidade e, esse trabalho vai ser mais pausado. -----

----- Vamos iniciar a limpeza devagar com a conviência das entidades, porque mal seria e, portanto, esse trabalho está a ser feito com o tempo necessário com as nossas máquinas, com as tais máquinas que tanto se fala. -----

----- Quanto à questão do carro para os Bombeiros, lamento que se faça política com isto, porque eu já respondi à direção. A direção marcou uma reunião, veio cá e, eu gostaria de lembrar que há uma componente no subsídio aos bombeiros para as despesas correntes e uma componente para despesas de capital que pode ser investido como eles quiserem portanto, neste momento, não há condições para se adquirir uma carrinha para os bombeiros. Também não vou dispensar nenhuma carrinha da Proteção Civil como era sua pretensão, para os Bombeiros e, portanto, a resposta está dada, aquela que eu dei ao Senhor Presidente da Direção em devido tempo quando aqui veio interpelar-nos e, portanto, a mesma resposta que lhes dei a eles, dou ao Senhor deputado Ricardo Brites. -----

----- Vamos então responder ao senhor deputado Oliveira e Sousa, porque efetivamente eu acho que ele nunca me viu alterado. Eu sou mesmo bravo quanto estou alterado e, portanto, não queira ver, porque não é bom de ver, não é a parte boa da minha pessoa, não é a parte que você elogia. Não me alterei. Até já estou habituado, já estou inoculado, imunizado, já fui vacinado, e portanto não me altero. -----

----- Quanto à questão do encontro de empresários gostaria de elogiar o CLDS 3G, eu podia ficar muito grato com os seus elogios, o CLDS 3G, é efetivamente da Câmara Municipal, mas aquelas pessoas do CLDS 3G, a Senhora Vereadora Alexandra Ferreira fizeram um excelente trabalho e aqui quero elogiar, são essas pessoas que merecem os elogios e não o Senhor Presidente da Câmara, porque o senhor quando faz o elogio dá com uma mão e tira com duas, e portanto eu quero que seja elogiado efetivamente quem trabalhou, que foi o CLDS 3G e a Senhora Vereadora Alexandra Ferreira e, naturalmente a Câmara Municipal não o Presidente, não preciso desse elogio. -----

----- Já agora lembrar-lhe que já promovemos outras sessões de esclarecimento com os empresários muito importantes para eles, nomeadamente para a legalização das suas empresas, dos seus edifícios no âmbito da divulgação do RERAe de um expediente que existe para a legalização de edifícios, fomos às cooperativas, eu e a Senhora Chefe de Divisão e o Senhor Vereador Veríssimo, promovemos sessões de esclarecimento aqui na Câmara para que eles possam legalizar, e estamos neste momento, e vocês têm aqui na Ordem de Trabalhos, consequências dessas sessões de esclarecimento que nós fizemos a desse expediente legal que ficaria desconhecido das pessoas e não o aproveitariam. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

----- Também fizemos sessões de esclarecimento sobre os programas operacionais comunitários para que eles pudessem desfrutar e pudessem ter melhor conhecimento das medidas que existem e pudessem aproveitar a desfrutar para melhorar as suas empresas e, por isso, lamento é que não ande bem informado.

----- Quanto às questões dos obstáculos que impedem a construção. Os lotes estão vendidos, as pessoas têm projetos aí na câmara, estão aprovados inclusivamente os projetos de Arquitetura, mas o Portugal 2020, não arranca como devia ter arrancado, ou não está a oferecer aquilo que eles querem. Os que estão neste momento a construir, está um já a construir não tem Portugal 2020, outro vai começar a construir para a semana, vai ser visível, porque efetivamente estão a construir sem o Portugal 2020 e, isto é lamentável que andem aí a propalar um conjunto de informações e que os empresários não possam desfrutar de verbas suficientes para que possam utilizar na construção das suas empresas e na dinamização das suas empresas.

----- Também lamento que estas coisas não tenham acontecido mais cedo e que esta dinamização que nós fizemos do Parque de Negócios não tivesse sido mais cedo, porque na altura havia incentivos à construção. Este quadro comunitário, não tem incentivos à construção, e portanto foi na altura certa, e se não o fizemos agora muito dificilmente eles têm incentivos ao início das construções. Têm que ir pela inovação, têm que ir por um conjunto de caminhos extremamente complicados. -----

----- Inquérito aos empresários. Nós fazemos reuniões regulares com os nossos empresários, em particular, com os empresários dos parques de negócios e a Dr.^a Andreia Lopes faz reuniões com eles permanentemente está com eles e resolve os problemas que eles vão apresentando. Nós vamos com eles à CIM-RC, vamos com eles à CCDR-C, é ela que faz este acompanhamento e já estou a responder a uma questão que virá a seguir. -----

----- Quanto à Associação de empresários, ela existe Senhor deputado Oliveira e Sousa, ela existe e tem dinheiro no banco. E eu, como homem inteligente que sou e prezo de o ser, não é preciso que o Senhor reconheça eu sinto-me inteligente, porque penso, já reuni com as pessoas, já asestimei, já as incentivei, já fiz de tudo, mas não consigo mais. Eu não posso fazer mais e, portanto, aquilo que é possível fazer eu faço agora, não sou inteligente ao ponto de saber aquilo que não posso e não devo fazer. Há uma parte, há uma linha que eu não posso ultrapassar, já fiz de tudo para que essa associação se reanimasse, já reuni aqui as pessoas, já falei com as pessoas, já falei com os comerciantes que fazem parte, ainda no domingo passado falei nisso, eu não posso fazer mais, eles têm dinheiro, têm cerca de seis ou sete mil euros no banco, e portanto, dava para fazerem qualquer coisa. Não arranca. Olhe, veja se toma a iniciativa e fala com a pessoa em causa, eu digo-lhe quem é, e vamos a isso. -----

----- Quanto à questão da interpelação do Senhor deputado Francisco Mano. Vamos esclarecer a ida a Paris e a questão de Paris. A ida a Paris resulta de um convite da CIM-RC. A CIM-RC resolveu no espaço de um mês convidar os Municípios a estar presente numa Feira Internacional do Imobiliário e do Turismo. Convidou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

os Municípios e deliberou por unanimidade, estar presente com um pavilhão a nessa feira, nesse certame e, comunicou aos municípios que deveriam organizar a sua ida e a promoção dos seus imóveis. O que é que daqui resultou e aqui agradeço a intervenção do Senhor Presidente de Junta que, para além de ser Presidente de Junta é um promotor imobiliário. Nós o que é que fizemos? Em primeiro lugar esclarecer as pessoas. Quem está com os parques empresariais, quem faz toda a promoção e quem faz todas as vendas e aqui também deixo um elogio público à Dr.^a Andreia Lopes, pelo facto, de ter feito o que fez, porque sem ela, é evidente que nós temos dado facilidades aos empresários, mas ela tem uma especial faculdade para interagir com eles, e ela está a fazer um excelente trabalho nessa área e, portanto, todos os lotes, sem exceção, foram vendidos por ela. É evidente que eu estou sempre presente, faço a primeira abordagem e depois, ela faz, digamos que o trabalho subsequente de acompanhamento dos empresários e, por isso, ela lida com todos os empresários e lida com esta área comercial e portanto, essa é a razão para ela ir. A minha adjunta foi porque trabalha a comunicação e foi nessa parte da comunicação e faz a comunicação e já agora eu vou dizer que a CIM-RC pediu os interlocutores do Município para o futuro e eu nomeei novamente a Dr.^a Andreia e a Dr.^a Diana para fazerem a continuação do trabalho nesta área da divulgação empresarial e comercial do Concelho no âmbito da CIM-RC. São os interlocutores do Município até ao final do mandato. Essa parte está explicada.

----- Voltando à Feira Internacional, foi dada aos Municípios a iniciativa de fazer aquilo que entenderem para promoverem os seus imóveis e nós o que fizemos foi convocar as imobiliárias que operavam aqui no Concelho. O que é que nós verificamos? Fomos à base de dados, só havia uma imobiliária acreditada, que era a João Girão, Imobiliária Unipessoal, que, por coincidência, é do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santo Varão e eu, naturalmente, entrei em contacto com ele e perguntei-lhe, porque estranhei a tal situação e ele disse-me, é verdade, sou o único que estou licenciado para o efeito. Ora, eu não ia fazer uma reunião com um único agente imobiliário e então, por sugestão dele, deu-me um conjunto de imobiliárias, convidamos todas, uma quantidade imensa de imobiliárias para estarem presentes numa reunião, e quero-lhe dizer, Senhor deputado Francisco Mano, que essas imobiliária já tinham estado presentes noutras reuniões noutros Municípios e o Senhor Presidente de Junta, pode atestar aquilo que eu estou a dizer e, no final da reunião tiveram esta expressão: “já estivemos em várias reuniões, parabéns, Senhor Presidente, porque, efetivamente, você tem a abordagem correta para intervir nesta Feira, é dar a palavra e fazer aquilo que deve ser feito por quem conhece.” Eu vou passar a explicar. É que na Feira Internacional do imobiliário de Paris não se vendem casas. É evidente que se promovem casas, é evidente que se promovem contactos, as casas são aquelas que os imobiliários quiseram que estivessem presentes nesse boletim, porque é esse produto que aí está que os franceses procuram. Não é o produto que o Francisco gosta, mas o produto que os franceses procuram. Eles procuram esse tipo de produto, não procuram casas bonitas, apalaçadas, eles procuram casas de campo, casas integradas nos meios rurais, casas para lazer, para descomprimirem e, são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

esse tipo de casas que eles procuram. Esse foi o conselho e, está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que pode atestar aquilo que nos foi dito por pessoas que lá estavam e, eu próprio pude atestar lá também e, portanto, o boletim resultou da vontade e da deliberação daquelas imobiliárias que aqui estiveram presentes aqui nessa primeira reunião, ficou definida a estratégia que nós deveríamos abordar na feira de Paris e, por isso, o tal elogio e, posso-lhe dizer que esse era o boletim mais disputado na CIM-RC, porque tinha um conjunto de informações, se poder verificar, muito preciosas, porque infelizmente, os franceses só conhecem o Algarve, esta é a verdade, não sabem o que é o centro do país. Então, eles usavam o boletim para mostrar de onde é que nós éramos, a que distância estávamos dos aeroportos, porque esse boletim foi feito e, por isso aquele elogio que nós tivemos, de acordo com aquilo que a experiência das imobiliárias nos explicaram como devíamos fazer o boletim. Por isso, é que vinham buscar o nosso boletim e, usavam-no para explicar onde é que ficava o centro do país, a que distância é que estavam os hospitais, a que distância é que estavam os aeroportos, tudo isso está aí e por isso, o sucesso do boletim, contrariamente àquilo que pensa não gostou, mas esse boletim foi um sucesso em Paris e, portanto, lamento dizer-lhe isso, mas foi, porque foi feito à medida da Feira e posso-lhe dizer que é extremamente difícil explicar a um francês onde é que fica o centro do país e o que é que o centro do país tem de interesse, porque eles só conhecem o Algarve e para eles, o Algarve e que é conhecido e, portanto, é muito difícil e há muito trabalho para fazer na promoção do centro do país na promoção desta região. Não lhes interessa Montemor-o-Velho, nem vi lá a vender sequer uma casa, mas as pessoas que levaram esse boletim, eu sei, por exemplo, que já contactaram pelo menos uma imobiliária na Figueira já fui informado disso, porque as pessoas levaram isso para casa e, portanto, foi essa a estratégia que nós adotámos para a visita a Paris. Se houver para o ano, voltamos lá, iremos reformular esse boletim e, voltamos com a mesma estratégia. Espero que CIM-RC faça um stand que ajude os franceses a compreender onde é que fica o centro do país, porque era um stand todo branco não estava localizada a CIM-RC, nem o centro do país e as pessoas iam lá como se aquilo fosse o posto de turismo e então iam lá perguntar informações sobre o Algarve, é verdade, eu respondi a inúmeras interpelações de pessoas que nos visitaram lá, porque efetivamente, não tinha não tinha o layout adequado. Já há o compromisso da CIM-RC, no sentido de, para o ano, o reformular. -----

----- Quanto à questão dos valores adjudicados em bens móveis e serviços, em maquinaria, eu quero-lhe dizer Senhor deputado Francisco Mano, quando aqui cheguei a esta Câmara havia uma máquina alugada para servir o piquete das águas. Hoje temos muitas máquinas é verdade, eu sei que se calhar, não concordam com essa estratégia, querem voltar para a estratégia da máquina alugada. É assim, eu continuo com a minha estratégia, enquanto cá estiver, ter as máquinas disponíveis para fazer as obras no Traveiro que são importantíssimas, obras como a Rua dos Moinhos que ainda não está concluída, também está adjudicado para que fique esclarecido, o alcatroamento da Rua dos Moinhos, na Torre. Uma obra que pediram duzentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

mil euros à câmara e que ficou em pouco mais de setenta mil euros e, feita pelos nossos serviços, pelas nossas máquinas.-----

----- Quero-lhe dizer que as nossas máquinas se deslocam em qualquer dia, não estão dependentes dos empreiteiros, não estão dependentes de ninguém para intervir e, portanto, eu não sou da estratégia da máquina alugada não sou. As máquinas que estão ali, estão bem, são boas, estão a trabalhar, fazem um trabalho incrível. Aliás, recebi um elogio do Senhor Secretário de Estado das Florestas por ter cedido a máquina, a bulldozer a Pampilhosa da Serra e ele diz assim, sim senhor, o senhor está a trabalhar como deve ser, até nem tem muita floresta, mas tem a bulldozer e ainda faz solidariedade com os Municípios vizinhos e isso, portanto, também tem que ser dito.-----

----- Quanto à questão de prestações de Serviços, é óbvio que sim, todos esses quatro milhões estão aí, estão à vista, não escondo, aliás, eu até vou divulgar com as placas, o valor de cada uma delas para toda a gente saiba com maior transparência.-----

----- Só gostava aqui de dizer duas coisas. O Balcão Único custou mais que duzentos mil euros e o Balcão Único, não é só aquela coisa que está ali e que foi inaugurada, aquela sala. O Balcão Único pressupõe um datacenter, pressupõe um conjunto de software, pressupõe toda uma TI e todo um conjunto de coisas incrivelmente sofisticado, cujo frontoffice é aquele balcão único, mas o backoffice é muito mais do que possa imaginar nós temos um datacenter de que me orgulho e que é elogiado. Como um dos melhores datacenters e tem um disaster recovery na logística municipal ligado por fibra ótica instalada pelas nossas máquinas, e que se falhar este disaster recovery que tem redundância ou seja, tem sempre dois elementos da mesma espécie, se falhar um, entra outro, se falharem os dois, eu levanto todo o sistema informático com um portátil na logística municipal e, portanto, isto é século XXI. É evidente que não é aquilo que eu aqui encontrei que demorava 15 minutos para abrir um PDF, mas eu vou continuar com esta política. Esta é que é a política certa e, portanto, o Balcão Único custou muito mais que duzentos mil euros, tome nota. E já aqui disse, eu já apresentei e na altura, disse que os valores até andavam mais do que o dobro deste valor. Não é verdade? Até porque, toda a cablagem da Câmara foi substituída. Toda a parte elétrica da Câmara foi substituída, tinha sete contadores e hoje pode ser alimentada só com um contador, só com um quadro. Todos os quadros estão substituídos e, portanto, esse trabalho tinha que ser feito. Durante anos e anos não foi feito e, portanto, está feito.-----

----- Quanto à questão do montante para a empresa de limpeza, também gostaria de dizer uma coisa e é importante perceber isto. É que este montante compreende todos os edifícios da Câmara Municipal. É que todos os edifícios têm o direito a estarem limpos. Nos serviços públicos, a limpeza tem que ser feita por profissionais e, portanto, esse é o valor de todos os edifícios da Câmara Municipal, coisa que não acontecia no passado e, portanto, não há comparação. Continuamos a apostar na limpeza penso que essa é a melhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

política. -----
----- Quanto à questão dos Candeeiros, vou-lhe contar uma história. Os primeiros candeeiros da Rua Fernão Mendes Pinto, custaram 6.000€ ou 7.000€ à Câmara Municipal, não consigo precisar porque já foi há alguns anos, ofereceram 35. Todos esses LED's custaram 6.000€ e, então, era importante também resolver o problema dos candeeiros. E então pediram uma quantia absolutamente disparatada para substituir os candeeiros por LED's ou seja, o que é que eu tinha que fazer? Tinha que substituir os candeeiros por inteiro. Nós pedimos a esta empresa, a tal que o senhor falou, foi a única que se disponibilizou para fazer esse serviço para estudar uma solução e por menos de ¼ do preço, essa tal empresa que falou, encontrou-nos uma solução de LED, homologada pela EDP e, só agora é que foi feita portanto, isto é um trabalho que vem desde o início do mandato só agora que foi homologado da EDP e, portanto, só agora é que pôde ser feito e, substituímos os LED's (o interior) e, substituímos o miolo dos candeeiros por LED. Um bom negócio. É uma solução inovadora. Não há no país. -----

----- Quanto à questão da 111, também tenho uma boa novidade para si. Sabe quanto é que custaram todos aqueles LED's que ali estão? Zero euros. Um excelente negócio para a Câmara. Mais uma vez, capacidade de negociação do Senhor Presidente e da Senhora Engenheira Isabel Quinteiro. Estão lá zero euros. Por isso, está mais do que justificado o investimento. Agora quero-lhe dizer, vamos comprar mais e vamos pagar porque vamos ter que completar, porque não podem ficar uns candeeiros amarelos, outros a LED e, portanto, já pedi aos serviços e vamos pagar e olhe que não são baratos. -----

----- Quanto à questão do Team Building. Eu quero-lhe dizer que o Team Building fica mais barato por pessoa, do que qualquer formação paga de um dia na Câmara Municipal a qualquer trabalhador. Qualquer formação de contratos ou de tudo o que for é mais cara do que o Team Building por pessoa. Quero-lhe dizer que nós convidámos os Vereadores e, não sei que pessoas é que está a falar, provavelmente do meu gabinete. As pessoas do meu gabinete foram, é verdade que foram, e foram os trabalhadores e quero dizer uma coisa. Eu vou-lhe contar uma história sem dizer nomes. Havia um trabalhador nesta casa, isto é verdadeiro, que todas as semanas apresentava uma reclamação nos Recursos Humanos. Foi ao primeiro Team Building nunca mais apresentou uma reclamação nos Recursos Humanos, é obra. Isto era uma coisa que acontecia há anos. Tinha aquele fétiche e todas as semanas apresentava uma reclamação nos Recursos Humanos. Hoje, é uma pessoa disponível, é uma pessoa que ajuda e, portanto, quer se goste, quer não, eu vou continuar a fazer essa política que os meus trabalhadores com os trabalhadores do meu Município. É uma política que é feita não só nesta Câmara, mas em muitas Câmaras deste país, ou seja, eu não inventei nada. Eu, quero dizer-lhe que tomei essa decisão o ano passado, porque isto também é política, porque aqui também no passado se fez a política da divisão de quintas. Com quintas separadas, nós governamos melhor. Um cérebro governa melhor, porque só há um cérebro a saber o que é que cada uma quinta pensa e, portanto, as quintas não sabem o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

que pensam entre si ou seja, elas não fazem trabalho de equipa e acreditem que ainda temos muito trabalho para desenvolver nesse espírito de equipa. Esta é uma realidade que estamos a trabalhar na Câmara que é o trabalho de equipa. Não são as pessoas que têm o defeito. Elas foram formadas e educadas assim. Foram habituadas a trabalhar assim, e daí a necessidade do Team Building e quero-lhe dizer que o ambiente melhorou significativamente e quero-lhe dizer que, enquanto eu aqui estiver, vou continuar com esta política porque é dinheiro investido, custe o que custar e, quero-lhe dizer que que essa comparação com o apoio regular das associações é uma comparação ofensiva para os trabalhadores. E vou-lhe dizer porquê. Porque os trabalhadores desta casa merecem por parte dos seus dirigentes, o melhor e o maior respeito e as melhores condições de trabalho e as melhores condições para exercerem aquilo que podem fazer. -----

----- Vou-lhe dizer outra coisa no final, eu tenho muito orgulho nos trabalhadores da Câmara Municipal a propósito do Balcão Único. Hoje, para sua informação, somos precursores de software na AIRC ou seja, as versões Beta da AIRC, vêm ao Município de Montemor-o-Velho, para nós darmos contributo ou seja, nós passamos da pré-história, nós não sabíamos trabalhar com o software da AIRC que tínhamos adquirido há muitos anos aqui nesta Câmara e hoje, somos precursores somos contribuintes com inovação e temos aqui pessoas que são verdadeiramente respeitadas na AIRC, porque reclamam, porque dão contributos para melhorar o software da AIRC, que é aquele que nós utilizamos, e portanto, esta é uma realidade que, se calhar, algumas pessoas já não conhecem nesta casa.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Sem prejuízo das pessoas que já tenho inscritas, estamos com 02h10m de Período antes da Ordem do Dia e íamos passar ao ponto 2.” -----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente eu tinha pedido para intervir dentro daquilo que o Senhor Presidente da Câmara me respondeu, mas eu não posso aceitar que me diga que, enquanto força política vir aqui perguntar ao senhor Presidente se está disponível para ajudar a Corporação de Bombeiros na aquisição de um novo carro de comando que isto é fazer política à custa dos Bombeiros Voluntários. Nós somos eleitos, temos um vereador, somos um partido político, temos contactos diretos, somos contactados pelas pessoas, temos que responder às solicitações que as associações, que o cidadão que o munícipe nos coloca. Eu não posso responder à direção dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho que não posso perguntar na Assembleia Municipal se a Câmara Municipal está disposta a contribuir com um apoio para a aquisição do carro de bombeiros, porque isso é fazer política. Eu não posso dar essa resposta aos cidadãos e às associações que nos contactam para tentar resolver os problemas deles. Não posso fazer isso e, não posso aceitar que o Senhor Presidente me dê essa resposta, porque essa palha eu não como. Posso aqui contradizer, ou dar a minha opinião que, por exemplo não tendo nada contra a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

organização desse evento, o próximo evento que se vai realizar no Castelo de Montemor que vai ter um custo direto de 20.000€. Se calhar, 20.000€ dava para ajudar a Associação dos Bombeiros Voluntários a adquirir o novo carro. Qual é a nossa prioridade? Ou qual foi a prioridade do Executivo Municipal ao investir e a ajudar com milhares de euros, o Centro Hípico qual é a paridade que existe aqui entre associações? Isto não é fazer política? Um fim-de-semana, 20.000€, não é fazer política com um espetáculo de Stand Up? Investir milhares de euros no Centro Hípico de Montemor, não é fazer política? É fazer o quê? -----

----- Não diga isso, Senhor Presidente, porque pode-se enganar relativamente ao investimento que a Câmara fez no Centro Hípico, acho que devia dar a mão à palmatória e esclarecer de uma vez por todas o investimento que esta Autarquia fez naquele espaço. -----

----- Queria também ainda aqui referir, e pegando nas palavras que o Senhor Presidente disse relativamente ao serviço que as máquinas da Autarquia, neste caso da Proteção Civil fizeram nestes últimos períodos, noutros Concelhos que foram afetados pelos fogos. Quero aqui também deixar a nossa preocupação, já o ano passado aqui me referi a isso, que de facto, existem zonas muito críticas no nosso Concelho, e quando levantei esta questão aqui o ano passado, fizeram-me crer que estava tudo a ser feito e eu tenho olhos na cara, passo todos os dias por imensas estradas neste Concelho e, há graves problemas de matas por limpar, de faixas que são obrigatórias por lei e que devem estar cumpridas quer pelos privados, que se não cumprem, a Autarquia tem a responsabilidade de fazer com que sejam cumpridos, os limites em redor das casas que têm que ser respeitados por privados, se não o fizerem a Autarquia tem a obrigação de fazer cumprir. Por isso, Senhor Presidente é muito bonito nós virmos aqui invocar e, é de louvar o trabalho que foi feito fora do concelho, mas lembre-se que um dia também nos podem bater à porta essas questões. Não queremos por isso, eu já aqui avisei e informei o Executivo para tomar medidas nesse sentido que, de facto, há problemas graves na floresta do nosso Concelho, por isso é urgente tomar medidas nesse sentido.”

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu tinha o Senhor deputado Oliveira e Sousa inscrito, mas ele não está. Não tendo mais ninguém inscrito, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Senhor deputado Ricardo Brites, eu vou-lhe dizer que depois do seu esclarecimento, concordo consigo e, portanto, peço desculpa retiro o que disse. Porque o Senhor disse que foi contactado pela Direção e, portanto, não está a fazer política. Quem está a fazer mal, na minha ótica, é a Direção dos Bombeiros, porque numa atitude de transparência comigo, eu expliquei-lhe determinadas coisas e portanto, não percebo porque é que está a contactar a CDU para a fazer essa interpelação. Aí estamos de acordo, eu retiro o que disse e portanto, eu terei uma palavra com o Senhor Presidente da Direção dos Bombeiros sobre esse assunto, porque na realidade, eu esclareci tudo com o Senhor Presidente da Direção, naturalmente. -----

----- Faltou aqui esclarecer uma coisa quanto à dispensa dos Bombeiros. Efetivamente eu tenho isso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

articulado com o Senhor Comandante dos Bombeiros e nós temos um acordo. Um acordo que me parece ser justo: o Senhor Comandante dos Bombeiros tem todos os trabalhadores da Câmara que forem possíveis, menos aqueles que estão de piquete ou que estão em serviços essenciais que não podem ser dispensados. Essa é a regra que nós temos, ou porventura vou deixar as águas sem piquete para a assegurar que o Bombeiro A, B ou C vá apagar o fogo aqui ou acolá? não pode ser. Portanto, esse é o esclarecimento essencial. Eu também estranho e, é evidente, que eu sei que não é o Senhor Comandante dos Bombeiros, não acredito que seja ele, que tenha feito essa crítica ou essa interpelação, foi provavelmente algum trabalhador que não foi dispensado, mas o que se esqueceu de esclarecer esse trabalhador, porque eu sei quem é, foi que estava de turno ou de piquete e portanto não pode ser porque também o Município tem serviços essenciais que têm que ser assegurados e as nossas populações têm esse direito. -----

----- Quanto às questões que levantou sobre a floresta. Nós temos um levantamento exaustivo e foi feito pela GNR de todas as situações que têm que ser acauteladas e portanto, estão as pessoas notificadas, aquelas que são identificáveis, foi pedida a colaboração das Juntas de Freguesia e já agora, Senhor deputado Ricardo Brites, nunca, em muitos anos foi feito um trabalho tão extenso, porque para já não havia máquinas para fazer é bom que se diga, de limpeza de caminhos e de abertura de caminhos como neste Executivo, em todas as Freguesias que têm floresta. Eu posso enumera-los todos se quiser, e alguns trabalhos verdadeiramente notáveis. Alguns até foram aqui criticados porque ficaram incompletos e que agora já estão completos. Portanto, não percebo essa crítica, porque nós não podemos fazer esses trabalhos no Inverno, porque as máquinas não entram nos terrenos. Senhor deputado tem que perceber uma coisa: a Câmara Municipal só pode notificar as pessoas a limpar e a contraordenação está levantada, nós temos contraordenações levantadas que são geridas pela GNR, esse trabalho está feito. Agora, não podemos entrar com as máquinas da Câmara e limpar, só em casos de manifesto risco e que, efetivamente, nós vemos que é possível intervir é que podemos tomar posse administrativa e não faríamos outra coisa no Concelho, senão tomar posse administrativa do desleixo das pessoas. Agora as pessoas têm que pagar por isso. A sensibilização das pessoas é muito importante. Eu estive na Pampilhosa da Serra e quero dizer que o fogo não perdoa. Eu acho que as pessoas que vêm aqui ao atendimento reclamar com as notificações que lhes são feitas para limpeza das faixas de combustível deviam, pelo menos, visitar os Municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra e Góis para perceberem o que é que lhes pode acontecer. É porque as pessoas não têm neste Concelho, e noutros, consciência do perigo que correm, porque a quem cabe essa limpeza é aos proprietários, não é a Câmara Municipal. É bom que se perceba isto e, portanto, a Câmara Municipal atua, fiscaliza, anuncia e levanta autos, bem como a GNR também o faz, e há um levantamento exaustivo de todas as zonas críticas feito pela GNR, georreferenciado. Já se resolveram muitas situações, o problema é que a maior parte dos terrenos não são identificáveis, nem os Senhores Presidentes das Juntas os conseguem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

identificar. Essa é a realidade.” -----

----- **Ponto 3. Apreciar e Votar, sob proposta do Executivo Municipal os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas 2016.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que pediu autorização para o Chefe da Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, explicar o ponto. -----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe da Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “Este ponto vem a esta Assembleia à semelhança do que já aconteceu nos exercícios económicos de 2014 e 2015, será a aprovação, apreciação e votação das contas consolidadas que surgiu como uma Lei 73/2013, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais que obriga a consolidação de contas. O POCAL, que é o sistema contabilístico em uso, não tem qualquer norma sobre isso. Há orientações da SATAPOCAL que foram as que foram seguidas e, portanto, o Município utilizou o método de equivalência patrimonial para a consolidação das contas. -----

----- Esta consolidação surge pela participação do Município na WRC que, por força da Lei 50/2012 foi considerada empresa local. O ajustamento que houve face às contas individuais não é relevante, porque o Município tem uma participação de 0,55% na WRC no entanto, à semelhança das contas individuais estas contas também tiveram que ser certificadas pelo revisor e comunicadas ao Tribunal de Contas até ao dia 30.”

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 24 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	----- A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	----- Contra -----
----- Carlos Lucas Correia -----	----- A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	----- Contra -----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	----- A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	----- Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	----- A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	----- A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro -----	----- Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	----- A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	----- Contra -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	----- Contra -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Susana Paula Rama Branco ----- Contra-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- Contra-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- Contra-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe da Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “A 2.ª revisão ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020, vem à Assembleia porque tem a inscrição de novos projetos portanto, novas ações que não foram contemplados e que não estavam previstas aquando dos documentos previsionais aprovados e, portanto, é competência desta Assembleia. -----

----- Basicamente, esta revisão tem por intuito, tem a tutela teve por intuito tanto nas obras financiadas de saneamento. Os serviços de fiscalização que são comparticipados no entanto, para que haja essa comparticipação, os mesmos têm que estar inscritos nas Grandes Opções do Plano, e inicialmente não estavam, e portanto, esta revisão tem a ver com a inscrição dos serviços de fiscalização em todas as obras financiadas de saneamento. -----

----- Houve também aqui a alteração relativamente à Ponte do Paço, relativa ao Contrato que está para ser aprovado e portanto, temos que ter isso previsto para salvaguardar essa situação, portanto, basicamente, em grosso modo, foi o que motivou esta 2.ª revisão ao orçamento.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 23 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES-----
 ----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 ----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- Contra-----
 ----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- Contra-----
 ----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 ----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- Contra-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- Contra-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- Contra-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Susana Paula Rama Branco----- Contra-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- Contra-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- Contra-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Este ponto já foi explicado, foi introduzida a alteração que foi solicitada de esclarecimento do montante de proporção a atribuir a cada um dos filhos ao primeiro e o segundo filhos e subsequentes, e portanto nós fizemo-lo, esteve a discussão pública e trazemo-lo à votação da Assembleia Municipal.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Só queria dar aqui nota que efetivamente já discutimos este ponto em fevereiro mas, no meu ponto de vista, houve aqui uma situação que não foi alterada, pode ter sido por lapso, mas queria deixar essa nota. A questão do benefício ou do incentivo vai ser sempre definido em cada ano civil, isto é o que diz o artigo 4.º, n.º1 e, no n.º 5 diz que pode haver um adiantamento não superior a 150€. Ora, na minha perspetiva, parece-me que há dois pesos e duas medidas, porque continuamos a não atribuir valor nenhum, e eu aí compreendo, mas penso que então se não atribuímos valor nenhum fixo, então também não vamos dizer que damos 150€, podíamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

dizer, que damos 25% do valor a atribuir como forma de adiantamento ou o que seja. Acho que aí, na minha opinião, são questões de opiniões, mas acho que para ser um peso e uma medida, seria assim contudo, acho que efetivamente, poderíamos ter ido mais longe, mas sendo sempre incentivos, todos eles são benéficos e claro que as famílias vão ficar muito contentes, seja o pouco que se possa dar.

----- O que deixamos aqui é que no futuro, este regulamento seja alterado e que seja mais audaz, no sentido de beneficiar mais as famílias do Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, eu acho que perdeu-se mais uma vez uma excelente oportunidade de fazer um documento bem feito, e de facto, com objetivos claros e com objetivos políticos verdadeiros e sinceros, porque me parece que o regulamento municipal de incentivo à natalidade é uma medida desgarrada, que não pretende, digamos assim, ter o alcance e a objetividade que todos nós pretendíamos com esta medida. Fica-se muito aquém daquilo que nós entendemos que deve ser um verdadeiro regulamento de incentivo à natalidade. Não se beneficia verdadeiramente quem irá contribuir para o aumento do número de crianças no nosso Concelho. Deixou-se de fora uma série de medidas que seriam importantes como o acesso à Piscina Municipal não só pelas crianças, mas também pelos pais, por exemplo. Deixou-se de fora a questão relacionada com as tarifas de água e saneamento por muito que o Senhor Presidente de Câmara diga que não é possível nós entendemos que é possível e só não é possível se nós não quisermos que seja possível. Deixou-se de fora uma série de incentivos relacionados por exemplo, com a aquisição de material escolar. Deixou-se de fora uma série de medidas que iriam beneficiar a alteração da nossa estrutura etária do Concelho. Porque não é só incentivar a natalidade. Não é só incentivar com um prémio monetário as famílias que têm filhos ou que aumentam o número de filhos, há depois, toda uma vida para além do primeiro ano de vida ou para além do nascimento. Há a vida do 1.º Ciclo, 2.º Ciclo, na Escola Secundária, a Universidade e aí todas as famílias deviam ser beneficiadas e incentivadas para que a inversão da estrutura etária do Concelho seja diferente. -----

----- Nós debatemo-nos aqui pela majoração do valor em relação ao segundo ou terceiro filho. Ela consta neste momento, no presente regulamento. Pode o Senhor Presidente dizer que já estava, mas para nós não estava e será a nossa posição contra a sua aliás, por isso mesmo é que acabou por ser retirado de votação na Assembleia Municipal onde foi pela primeira vez apresentada esta proposta de regulamento. -----

----- Também aqui deixar a certeza, de que a CDU e os seus eleitos na altura, estarão à frente do melhoramento substancial destas medidas que aqui estão e serão os primeiros a debater-se pela alteração a este regulamento e para que conste neste regulamento, outros incentivos às famílias que decidam ter filhos no nosso Concelho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Esta iniciativa é bem-vinda, sendo acolhida de bom grado por todos os que têm responsabilidades políticas. O envelhecimento populacional e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

a sua implicação na diminuição da natalidade é uma dura realidade transversal a todo o território nacional. Contudo, para quem entende demografia, a baixa taxa de natalidade é igualmente reflexo das condições de vida asfixiantes dos jovens casais que relegam para segundo plano a maternidade e a paternidade. Claro está que esta ajuda económica aos casais que definem ter filhos é bem-vinda, mas no nosso entendimento é insuficiente. Acresce o facto que, entre o dia 27 de fevereiro e o dia de hoje, este regulamento pouco mais acrescenta ao que já tinha sido feito, parecendo assim simplista e pouco ambicioso. No entanto, tal como dissemos no início desta nossa intervenção, este é um tema a valorizar a exemplo do que sucede na grande maioria do território nacional.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor -----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	A Favor -----
----- Carlos Lucas Correia -----	A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor -----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço -----	A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	A Favor -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro -----	A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	A Favor -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	A Favor -----
----- Susana Paula Rama Branco -----	A Favor -----
----- José de Oliveira de Sousa -----	A Favor -----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor -----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins -----	A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Europaradise, para o local de Quinta da Gardoa – UF de Montemor-o-Velho e Gatões – Processo n.º 45/2017 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal do Parque Zoológico.**-----

----- Pedeu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na verdade, estamos presentes a um verdadeiro interesse público e estando este salvaguardado, o interesse que tem para o nosso concelho, esta empresa.”-----

----- Pedeu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Relativamente ao interesse público do Parque Zoológico de facto, o Europaradise, faz parte a da nossa terra há vinte anos como vem dito na informação disponibilizada, e achamos que de facto, um projeto desta natureza com animais de todo o mundo num espaço único que é aquele, com uma excelente localização, merece todo o apoio, suporte e investimento por parte da Câmara Municipal. Todos ficam a ganhar não só os Montemorenses, mas todos os habitantes dos concelhos limítrofes e também crianças de escolas da zona. Para além de acharmos que toda a estrutura camarária deve ajudar neste processo de legalização e sabemos que algo já estará a ser feito, propomos também que a Câmara ajude o Senhor Agostinho e a dona Adelina na divulgação do espaço, por exemplo, na Rotunda Alves Barbosa, à saída da A14, em vez da publicidade a Parque Biológico da Serra da Lousã, eventualmente, poderia estar uma publicidade ao Europaradise, ou então mesmo aproveitar os espaços de publicidade que a Câmara tem naquele outdoor digital na outra rotunda D. Inês, se calhar, podia-se aproveitar a publicidade deste espaço e, de facto, contribuiria, de certeza para um enriquecimento do espaço. -----

----- São apenas algumas sugestões do que o município podia fazer no imediato por este espaço e claro que lhe reconhecemos todo o interesse público municipal.”-----

----- Pedeu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O Europaradise, de facto, é uma estrutura que já existe há alguns anos aqui no concelho e, das que eu tenho visitado fora do Concelho, a nossa destaca-se, eu acho que, se calhar, é por amor a esta terra, mas eu diria pela área e pelo tipo de árvores e pelo tipo de animais também que tem, e o próprio percurso pedonal que as pessoas podem fazer. e quem não conhece eu acho que deve conhecer porque eu acho que nós ainda temos pessoas nosso Concelho que não conhecem e às vezes, vão para outros sítios tal como referiu a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

deputada anterior, ver outras coisas que de facto são muito inferiores a este parque. -----

----- Nós sabemos que tem sobrevivido com algumas dificuldades, eu não sei se a Câmara, uma vez que é privado, poderá eventualmente ajudar de alguma forma, portanto, este processo que hoje vem, também é no sentido de que, de facto, fique certificado e o processo fique instruído como deve ser para que, provavelmente, o proprietário se possa candidatar a outro tipo de subsídios e de iniciativas e ações que houver, de modo a que possa melhorar e manter este local que de facto é bastante apazível.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Relativamente à intervenção da deputada Carolina, os placards são pagos contratados a empresas publicitárias, e eu queria-lhe dizer, e é preciso perceber isso, que o Europaradise é uma empresa comercial com fins lucrativos. -----

----- Eu comprometo-me e, isto eu posso fazer, a pedir ao proprietário do ecrã digital para que ofereça a publicidade ao Europaradise, eu não posso é fazer isto para com todas as empresas do Concelho. Um autarca tem que ter o mesmo critério para toda a gente, eu comprometo-me, e perante o pedido da Carolina que o proprietário do ecrã digital e atendendo à situação, vou tentar sensibilizá-lo no sentido de promover o Europaradise, não tem qualquer problema, comprometo-me a fazer essa diligência, estou convencido que vai aceder, mas isso é uma situação excecional, não posso fazer isso com todas as empresas.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Valmarques, Sociedade Agrícola e Pecuária, Lda, para o lugar de Moita Vaqueira – Arazede – Processo n.º 06/2016/85 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento e exploração agrícola, hortícola e frutícola.** -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, o meu pedido de passagem para este ponto, tem a ver com o facto de estar mais relacionado com este tipo de empresas ou de pedidos do que propriamente o anterior. Nós já aqui fizemos votações, penso que as primeiras foram há dois anos. Já completou dois anos sobre os primeiros processos que deram entrada aqui nesta Assembleia. Eu acho que seria interessante esta Assembleia ter o feedback daquilo que votou na altura e que debatemos nesta casa. Acho que seria interessante esta Assembleia ter o feedback dos primeiros resultados das votações que aqui fizemos. Quais foram os resultados? Se as devidas empresas avançaram com os processos? Que pareceres obtiveram de outras entidades competentes? Em que estado é que estão neste momento, os processos de legalização dessas mesmas empresas, pioneiras neste pedido de interesse público e saber que, em caso de serem, digamos, chumbados, em que situação é que ficamos? Em que situação é que fica primeiramente essas empresas, o valor económico que elas representam, quer pelo valor económico dos ativos que tem, quer também pelos trabalhadores que lá trabalham, e como é que fica o Município, que competência que terá o Município daqui para a frente, sendo chumbada a legalização dessas empresas e desses empreendimentos, como é que ficamos? Se serão obrigadas a encerrar? Se haverá uma segunda vida para além desta? Seria importante termos aqui o feedback, porque ainda são muitos empresários, são muitos postos de trabalho, é muito valor acrescentado que o Município tem neste tipo de explorações e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

gostaríamos de saber com que é que poderemos contar daqui para a frente.” -----

----- Pede a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, de harmonia com as intervenções sobre este tema já feitas aqui nesta Assembleia vem apresentar as seguintes observações sobre o tema “interesse público”: -----

----- Assim, o interesse público em regra é tratado juridicamente com uma expressão abstrata e indeterminada. -----

----- O interesse público é aquele que visa satisfazer as necessidades da coletividade à luz dos direitos fundamentais e dos princípios constitucionais instituídos pela Constituição de um Estado Social Democrático e de Direito. No entanto, a complexidade dos temas modernos caracterizados pela existência de uma sociedade de massas formada por grupos de indivíduos sedentos de interesses e necessidades a serem concretizadas, levou a doutrina constitucional e administrativa a desenvolver uma nova categoria de interesses, os quais extrapolam a noção de interesse público, são chamados interesses difusos ou grupais. Tais interesses extrapolam a noção do interesse público e privado. São interesses que possuem uma dimensão individual e coletiva, pois o eventual exercício é um direito decorrente do interesse difuso, não vêm a prejudicar os mais legitimados do seu grupo. É o caso da saúde pública, dos direitos decorrentes das relações do consumo, do meio ambiente, do património público, do património cultural, etc. Porque nos parece que este pedido a exemplo de outros, que nesta assembleia apareceram e, irão aparecer, indo ao encontro dos interesses individuais e não sociais ou seja, situação difusa ao verdadeiro intuito de interesse público, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, volta a referir que a instrução de tais processos parece-nos incompleta e desfasada da forma como moralmente e institucionalmente, estes processos deveriam acontecer. Contudo, não querer inviabilizar a prossecução dos interesses dos requerentes e até dos que se servem dos mesmos para obter dividendos políticos, O Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, abstém-se na presente votação”. -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu parece-me que a preocupação do deputado senhor deputado Ricardo Brites, ele iria insurgir-se se não lhe respondêssemos. Em primeiro lugar, parece-me pertinente, e em segundo lugar, nós queremos muito esclarecer as questões que ele suscitou e a Senhora Chefe de Divisão vai esclarecer cabalmente aquilo que ele explicou. É evidente que há aqui um pressuposto que é preciso perceber. Estas pessoas construíram ilegalmente estas edificações, esse é o princípio básico de tudo e estão por legalizar há muitos anos, e portanto, este instrumento é o único legal para legalizar atualmente essas instalações. Solicito que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dê permissão à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial para intervir.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Graça Pinto que disse: “Relativamente à questão que o senhor deputado colocou quanto ao feedback das votações que já aqui foram

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

efetuadas na Assembleia, há que esclarecer o seguinte: temos aqui dois tipos de situações, de pedidos de atividades económicas em que a Câmara Municipal é a entidade coordenadora de licenciamento da atividade, e outras em que não é a Câmara Municipal entidade coordenadora do licenciamento da atividade. Relativamente a essas em que a Câmara Municipal não é coordenadora, eu não sei dar o feedback exato, porque só recentemente é que as entidades coordenadoras estão a pedir pareceres à Câmara. Portanto, parece que os procedimentos ainda estão no início. Relativamente àqueles em que a Câmara Municipal é a entidade coordenadora do licenciamento da atividade, que eu creio que são cerca de 8 ou 9, por aí, eu posso dizer que apenas para uma delas não foi feita a conferência decisória ainda, em todas as outras já foi feita a conferência decisória e a decisão foi parecer favorável à regularização da atividade. E, depois essa ata da conferência decisória constituiu título provisório, para que as atividades possam funcionar legalmente, ou seja, neste momento, essas atividades que têm o parecer favorável em sede de conferência decisória estão a funcionar legalmente. O que é que falta? Falta a legalização das edificações que é o próximo passo. -----

----- Neste momento, os proprietários estão a preparar os projetos para legalização das edificações, mas ainda estão muitos fora do prazo, e portanto o nosso Plano Diretor foi elaborado, e tem normas que permitem acolher essas edificações, porque ficaram previstas normas no Plano que dizem que, no caso de parecer favorável em sede de conferência decisória, essas edificações ficam automaticamente compatibilizadas com o Plano Diretor, portanto não vamos ter nenhum problema em fazer a legalização portanto, falta apenas que apresentem os projetos, mas é como digo, estão muito em tempo. -----

----- O prazo é de dois anos a partir do pedido de regularização de cada uma das atividades ainda estão todas muito em tempo. Os primeiros prazos vão acabar no final deste ano.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----	-----
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- Abstensão-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Bonitos, Lda para o lugar de Rua Dr. João Carlos Noronha – Santo-Varão – Processo n.º 06/2017/59 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização de edifícios de apoio à exploração agrícola.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES-----
 ----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 ----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----
 ----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----
 ----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----
 ----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Susana Paula Rama Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Edméa Teresa Reis da Silva, para o lugar de Valcanosa – Meãs – Processo n.º 06/2017/61 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento de exploração agropecuária.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Susana Paula Rama Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse público apresentado por Horácio Peralta, Unipessoal Lda, para o lugar de Casais Velhos – Pereira – Processo n.º 06/2017/60 para deliberação quanto ao reconhecimento do relevante interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:	
----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Rama Branco-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Abstenção-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	

----- **Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o reconhecimento do relevante interesse público municipal para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Regime Jurídico da REN - Construção de edifício de apoio e torre de controlo no Centro Náutico de Montemor-o-Velho.**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- Abstensão-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Aquisição de Serviços de Auditoria Externa – Artigo 77.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Estes Serviços decorrem de uma obrigação legal, não sei se querem mais alguma explicação suplementar, mas se assim for também está aqui o Dr. Cristiano Santa Rita que pode explicar. -----

----- “O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita que disse: “Com a publicação do RFALEI portanto, a Lei 73/2014, que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2014, obrigou a que os Municípios tivessem certificação legal de contas. O artigo 77.º, n.º 1, diz que é uma competência da Assembleia nomear sob proposta do órgão executivo o revisor oficial de contas para fazer esse mesmo serviço de certificação, que é nomear entre um revisor ou uma sociedade de revisores. Em 2014,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

o Município celebrou um contrato com a Marques de Almeida, por três anos, que fez a certificação dos exercícios económicos de 2014, 2015 e 2016.-----

----- A proposta que o órgão executivo fez para que o órgão deliberativo nomeie, é novamente à mesma entidade, com a fundamentação no facto de haver um conhecimento da entidade, porque já fez a auditoria de três anos, portanto, a certificação de três anos e como tal tem o conhecimento da entidade. Sempre se mostraram prontos a qualquer questão que lhe coloquemos. Têm feito um trabalho bastante aceitável e o principal que tem a ver com a entrada em vigor da SNC-AP, que supostamente entraria em vigor em 2017, no entanto foi prorrogada a sua entrada em vigor e portanto, entra em vigor a 01 de janeiro de 2018.-----

----- Este novo referencial contabilístico vai ter algumas implicações portanto, vão haver muitas alterações face ao que está previsto no POCAL, e portanto são os motivos que levam a que a proposta do órgão executivo seja a nomeação da mesma entidade.”-----

----- Pediu a palavra o membro Adelaide Medina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Efetivamente aquilo que eu iria dizer e que é também em referência também ao nosso voto, foi o que efetivamente o Dr. Cristiano esclareceu. Isto é efetivamente uma revolução muito grande, nomeadamente a nível das contabilidades das Câmaras. O ROC é óbvio que é uma chave fundamental e que é obrigatório por lei.-----

----- No seguimento dos trabalhos efetuados por nós também não há qualquer impedimento que seja o Doutor Marques de Almeida a fazê-lo, até porque, como disse, tem vindo a acompanhar os trabalhos, portanto, neste sentido o nosso voto vai ser a favor.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania por amor a esta Terra, vem referir sobre o assunto o seguinte:-----

----- Em virtude da aquisição de serviços de auditoria externa ser feita por convite e não por concurso público.-----

----- Em virtude de estar a ser pensada uma vigência temporal que vai para além do período de exercício autárquico do atual executivo.-----

----- Em virtude dos argumentos apresentados serem pouco assistentes, e até bastante robustos, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, vota contra.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	Abstenção-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	Abstenção-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Susana Paula Rama Branco-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Contra-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Transportes Escolares – ano letivo 2017/2018.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Toda a gente estará de acordo que é um compromisso que tem que ser assumido, e portanto aquilo que está aqui em discussão é um compromisso tão só isso.” ---

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “Este tema mais uma vez levanta-nos algumas questões. Felicitar pela redação do documento, simplesmente gostávamos que tivesse sido mencionado que empresa faz o trajeto, por uma razão simples. Nós gostávamos de contactar diretamente as empresas para ver respondidas todas estas questões de segurança que são mencionadas de uma forma muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

clara no documento que aqui vem para apreciação e também na Lei do Transporte Coletivo de Crianças. -----

----- Achará o senhor Presidente que estamos outra vez a voltar a assuntos já discutido, estamos a ser os velhos do Restelo, mas ficamos todos os anos com a sensação de que no papel está tudo muito correto, mas que depois na prática apenas vai funcionando. É verdade que até porque se saiba nunca houve nenhum incidente ou acidente com o transporte das crianças neste Concelho, por isso, sim até vai funcionando, mas isso não nos tira as nossas dúvidas. Não percebemos o que é que realmente é transporte coletivo de crianças e transporte público, e ficamos com dúvidas se a teoria que vem redigida neste momento e a prática se assemelham no dia-a-dia do ano letivo em Montemor-o-Velho. -----

----- As principais questões que se nos levantam são: -----

----- Segundo tal Lei do transporte coletivo de crianças, o artigo 8.º diz que são necessários pelo menos dois vigilantes, sempre que o veículo transportar mais de 30 crianças ou jovens, e jovens não falamos apenas de idades escolares e questionamos se realmente foi isso que aconteceu durante todo este ano letivo passado e nos anteriores. -----

----- A mesma lei, o artigo 11.º diz que a utilização do sistema de retenção para crianças devidamente homologado é obrigatório. Ne verdade, que todas as crianças no nosso Concelho transportadas por estas empresas rodoviárias que têm contrato de compromisso com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho que têm menos de 12 anos e menos de 13,5 são transportadas pelo sistema de retenção, vulgo cadeirinha? Foi assim durante todo este ano letivo? Todos os dias? -----

----- Para terminar o artigo 18.º também diz que são competentes para a fiscalização do disposto nesta Lei, a GNR, PSP, a Direção Geral de Viação, Direção Geral dos Transportes Terrestres ou seja, em lado nenhum diz que as Câmaras Municipais têm esse poder de fiscalização, nem é isso queremos, nem é por isso que levantamos estas questões. Queremos sim, porque isso achamos que será então da competência da Câmara, a garantia de que os nossos cidadãos têm os serviços prestados por empresas externas e que esses serviços prestados por empresas externas são exatamente os que são contratados e pagos por todos nós.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Como sabemos esta é uma competência do Município, portanto, como disse o Senhor Presidente, isto é uma proposta que vai a concurso. Do que nos é dado conhecer, penso que tudo tem corrido com normalidade, houve uns acertos no início do ano com os horários, mas tudo se esbateu e as coisas correram normalmente.

----- Em relação aos transportes, nesta parte nós não temos nada a opor, está tudo correto está tudo bem feito, na nossa opinião. -----

----- Em relação aos transportes, há às vezes algumas questões que se colocam, isto é especificamente para o 1.º ciclo, mas eu até vou entrar na outra rede de transportes públicos que transportam os outros alunos e apenas como uma reflexão para o futuro. Às vezes diz-se que a rede de transportes tal como está,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

condiciona e inibe alguns alunos até de frequentarem aqui a Escola Secundária, porque os transportes não estão ajustados, etc. Isso é um trabalho que o Conselho Municipal de Educação pode fazer, pode voltar a repensar encontrar aqui alguma forma que eventualmente vá de encontro a isso. Porém, eu quero dizer uma coisa. O facto de às vezes os alunos saírem aqui do agrupamento, não tem especificamente a ver com esta especificidade que às vezes as pessoas justificam por isto, tem a ver com outras especificidades. Eu, por acaso, hoje até tomava a iniciativa de falar e dar esta informação Senhor Presidente da Câmara, nós enquanto mega agrupámos, em 2012 haviam 2500 alunos, hoje, em 2017, temos à volta dos 2000, portanto, vê-se logo o decréscimo da população escolar e portanto, sem uvas não se faz vinho, isto é, não podemos querer turmas e querer alunos, se eles não existem e portanto, dum universo à data de 2012, de por exemplo 43 turmas no 1.º ciclo, neste momento, temos 35, e poderemos ter menos, ou de um universo de 18 de pré-escolar, neste momento, temos 14. Só para dizer que de facto os alunos não existem e às vezes também se vão embora.---

----- Vou tomar a liberdade, Senhor Presidente de lhe dizer isto. Por exemplo, no caso os meus filhos, que tenho 3, o meu filho mais velho quando chegou ao 11.º ano não tinha opção de Física aqui na Escola Secundária, e como precisava da Física, não se podia abrir essa opção para seis alunos e portanto ele teve que procurar essa oferta noutra escola, mas andou aqui até ao 11.º ano. O meu filho do meio, por exemplo, chegou ao final do 9.º ano e quis ir para a Escola de Turismo, não havia essa oferta aqui no Concelho, e na Escola Secundária não havia essa oferta, portanto, ele tem que se ir embora. O que acontece com os meus filhos, acontece com outros alunos e por isso há alunos que não prosseguem os seus estudos aqui pelas mais diferentes condicionantes. Às vezes nós dizemos que é por esta razão, mas não é por esta razão. -----

----- Este esclarecimento que é dirigido ao Senhor, porque há outras pessoas que não querem essas informações, mas que eu hoje faço questão de as fazer aqui, até porque também já se tem comentado e, alguém já tem escrito sobre isso, que as minhas responsabilidades são políticas e pedagógicas e portanto, eu hoje também fiz questão de aproveitar este ponto, porque me esqueci desse pequeno grande pormenor no início desta assembleia, para esclarecer a assembleia que por vezes, os alunos não ficam aqui porque as condicionantes são específicas de cada família, e cabe a cada família escolher aquilo que acha que é melhor para os seus educandos, para os seus filhos e para as soluções que pretende.-----

----- No caso, não temos nada a dizer, Senhor Presidente, nós vamos aprovar sem qualquer reparo.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Um primeiro esclarecimento, agradecer o elogio, a pessoa que fez o documento está aqui, é a pessoa que merece o elogio feito pela deputada Carolina. Ele e a outra pessoa que colabora com ela, é assim que deve ser feito. -----

----- Dar nota que Gorete, a Carla Soares, a minha adjunta e também a Senhora Vereadora, aleatoriamente fazem verificações do cumprimento do caderno de encargos, porque aquilo que está aí, é aquilo que vai constar do caderno de encargos e essas empresas têm que cumprir o caderno de encargos. Agora não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2017, junho, 27***

podemos é estar todos os dias a vigiar os transportes, porque senão estas trabalhadoras que são duas, não faziam mais nada. Quem tem que vigiar é a GNR e portanto a GNR tem capacidade operacional para o fazer e tem o dever de o fazer e nós agradecemos que o façam.-----

----- Não detetamos nenhuma anomalia nas verificações que aleatoriamente fazemos e portanto é aquilo que é. O que está a referenciar é evidente que tem que ser cumprido pelas empresas que prestam os serviços. Dar-lhe informação que ainda vai haver um concurso público e depois de haver esse concurso público também, oficialmente é divulgado a quem são adjudicados os lotes e a Senhora deputada poderá saber e poderá a qualquer momento, dirigir-se aos nossos serviços e saber quem faz o trajeto A, B, C, ou D. -----

----- Em relação à intervenção da Senhora deputada Cristina Jorge, dar-lhe nota de que a agradeço também a sua intervenção pois são esses fatores. A ideia do transporte, de que algumas entidades, algumas Juntas de Freguesia vizinhas, alguns Concelhos vizinhos fazem transporte e que por isso têm mais alunos é uma ideia falsa. Em particular há Freguesias do Concelho que deslocalizar os seus filhos por razões óbvias, que ultrapassam as competências da Câmara Municipal, esteja este Executivo ou esteja outro qualquer Executivo. Explicou e bem e eu vou, por exemplo, dar o exemplo da minha filha e já agora aproveitando a sua intervenção. Se a minha filha continuar a ser maltratada como tem vindo a ser, como eu tenho denunciado repetidamente, por ser filha de quem é, eu vou tirar a minha filha daqui. Esta é uma realidade também muito importante é que a qualidade de ensino e o respeito pelos alunos e as coisas têm que também ser uma prioridade de algumas pessoas. Na verdade eu lamento muito que crianças sejam vítimas de algumas pessoas que não têm mente aberta e que são professores. Também lamento que algumas pessoas já mais crescidas, tenham tomado atitudes que foram objeto de reparo por parte de quem tinha que fazer e que pararam de fazer. Portanto, nós temos que pensar o ensino, não só no caso da minha filha, no caso de muitos outros alunos, nós temos que pensar que estamos em concorrência global no distrito, a guerra está instalada, e nós temos que pensar o sistema de ensino em concorrência e por isso mesmo, temos que tratar os nossos alunos com respeito, temos que lhe oferecer as oportunidades que que eles precisam para seguir as suas carreiras profissionais as suas opções vocacionais, e por isso mesmo, eu próprio também tive que sair para a Figueira da Foz, porque também não havia no meu tempo, oportunidade para eu continuar os meus estudos em Montemor-o-Velho e não morri por isso e estou aqui. É evidente que nós todos temos essa responsabilidade com o agrupamento de proporcionar aos alunos as melhores condições de ensino. Todas as hipóteses possíveis, temos que perceber quais são as vocações dos nossos alunos e perceber que, se calhar, abrir cursos nesta ou naquela área, será mais vantajoso, porque conseguimos atrair mais alunos. Agora, por exemplo, nós temos uma Escola Profissional que está com dificuldades em encontrar alunos, porque efetivamente, nós andamos em concorrência uns com os outros, e se calhar devíamos diferenciar, devíamos aproveitar todas estas oportunidades para esclarecermos isto. Não é culpa dos professores, é culpa de muitos erros que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

fizeram ao longo dos anos na gestão da educação em Portugal e por isso mesmo nós estamos a pagar por isso.” -

----- Pedeu a palavra a deputada Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Relativamente àquilo que disse em relação à sua educanda eu aí tenho que lhe dizer que o senhor tem que se dirigir aos meios disponíveis para isso. Certamente alguém terá isso em consideração, as pessoas têm que estar cientes daquilo que dizem e de facto têm que ter provas daquilo que dizem, mas isso não é da minha competência.

----- Em relação aos cursos, essa questão da rede escolar isso não é decidido por nós, isso é decidido, superiormente, como sabe, portanto, há cursos que são para a Escola Profissional, há outros que são para outros sítios, portanto, isso não é quem está no terreno que decide.”

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual - Fornecimento e acompanhamento de refeições escolares os alunos dos JI's e EB1's da rede pública do Município de Montemor-o-Velho e Dinamização de Atividades de Animação e Apoio à Família dos alunos dos JI's, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB – ano letivo 2017/2018. -----**

----- Pediu a palavra o membro Carolina Aires (CDU) que disse: “À semelhança de anos anteriores, nós também não vamos contestar este assunto. Só queremos e exigimos que se mantenha no próximo ano letivo o controlo de qualidade dos alimentos e das refeições, bem como a diversidade dos menus. A obesidade infantil é um dos mais graves problemas de saúde pública no mundo e a CDU reforça a importância de uma refeição saudável e equilibrada e, a importância que o executivo tem e deve ter neste assunto sobretudo, porque haverá muitas crianças em que esta será a única refeição em condições que terão por dia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Só para dizer que relativamente ao documento não tenho nada a dizer. Está bem claro, bem pormenorizado, demonstra aqui muitas horas de trabalho.-----

----- Em relação às refeições do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, não temos nenhum feedback que algo tenha corrido mal, pelo contrário, tem sido bastante positivo. Portanto, está tudo acautelado, é o que nos interessa a nós enquanto representantes dos munícipes, as nossas crianças, há uma atenção especial, é para isso que todos trabalhamos. Também nos agrada ver que a Câmara tem tido aqui um cuidado especial para com as nossas crianças do concelho.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Só para aqui esclarecer, tanto a minha adjunta, como a Carla Soares, que foi autora do documento, vão visitar os refeitórios, fazem refeições e verificam a qualidade da alimentação dos nossos alunos.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor -----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ----- A Favor -----

----- Carlos Lucas Correia ----- A Favor -----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge ----- A Favor -----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor -----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor -----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço ----- A Favor -----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano ----- A Favor -----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor -----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor -----

----- Olga Susana Miranda da Silva ----- A Favor -----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro ----- A Favor -----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor -----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro ----- A Favor -----

----- Carolina Ferreira Aires ----- A Favor -----

----- Jorge André da Silva Santana ----- A Favor -----

----- Susana Paula Rama Branco ----- A Favor -----

----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor -----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro ----- A Favor -----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor -----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor -----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins ----- A Favor -----

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor -----

----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo ----- A Favor -----

----- João António Góis Girão ----- A Favor -----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor -----

----- Carlos António Cristino Alves ----- A Favor -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Celebração de escritura pública de doação de parcela do prédio sito na Rua dos Bombeiros Voluntários à Guarda Nacional Republicana, Comando da Administração dos Recursos Internos – proposta de aprovação da cedência e da respetiva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

minuta.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Só para dar nota que, efetivamente, esta é uma situação que está por regularizar há muitos anos e, com a requalificação urbana que nós pretendemos fazer adjacente ao Convento dos Anjos, naturalmente que apressamos esta legalização. Também tem sido um trabalho difícil, porque da parte da GNR não é fácil haver comunicação e portanto impõe-se que aquela situação fique legalizada de uma vez por todas até porque há contingências do próprio edifício da GNR que obriga a que aquele edifício esteja legalizado para futuras obras e intervenções. -----

----- Nessa estrita medida aqui está a proposta de doação daquele espaço a essa entidade.” -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal Afonso Duarte - Isenção da taxa de utilização solicitada pela Associação Diogo de Azambuja no valor de 630,00€.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- VOTAÇÕES-----
 ----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----
 ----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----
 ----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites----- A Favor-----
 ----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 ----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Susana Paula Rama Branco----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida Roxo----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2017 e 31/05/2017.** -----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/04/2017 e 31/05/2017. -----

----- **Ponto 18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2017 e 31/05/2017.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Nós vimos Ambiloreco. Sobre esta empresa, importa questionar o Senhor Presidente do seguinte: -----

----- Está a candidatar-se para privatizar o setor das águas em Montemor-o-Velho? É que parece que a constituição do contrato de prestação de serviços para “Elaboração de estudo e documentos para a constituição de empresa intermunicipal de serviço de abastecimento potável e saneamento de águas residuais assim nos parece. Será, ou estamos enganados? -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “O Senhor deputado Oliveira e Sousa normalmente é um deputado muito bem informado, quando o informam ou lhe dão essa informação porque, eu penso que ainda não chegou até a si que está em curso a constituição de uma intermunicipal. Aliás, já alertei o Senhor Presidente da Assembleia que será possível, ou haverá necessidade de fazer uma Assembleia extraordinária, porque essa tal Ambiloreco se atrasou nos estudos, provavelmente hoje estaríamos aqui a aprovar a constituição de uma intermunicipal, que não tem nada a ver com essa coisa, que o senhor está aí a falar. Aliás, eu nunca falei em privatizar o que quer que seja. -----

----- A empresa intermunicipal terá capitais exclusivamente públicos e será gerida pelos Presidentes de Câmara constituintes da intermunicipal, tão só, e portanto não sei onde é que foi buscar essa ideia peregrina da privatização das águas de Ambiloreco. Sinceramente, não sei. Nem sei se é alguma provocação gratuita,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

como é seu hábito, mas só mostra que está completamente desatualizado ou não tem vindo a Montemor, ao Concelho ou não tem visto as notícias nos jornais. Está completamente desatualizado, porque nunca se falou em privatizar águas em Montemor-o-Velho.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Oh Senhor Presidente, só uma respotazinha ao Senhor Presidente da Câmara. É que o Senhor Presidente da Câmara é um ilusionista, sabe? Vende ilusões, diz que faz, mas não faz. Isto os jornalecos que ele realmente controla dizem o que ele importa que digam, mas na verdade eu não ando distraído e esta pergunta não foi descabida, e não foi pecado fazer esta pergunta, apesar do seu ar trocista de estar a falar da forma como falou. Vossa Excelência só tinha que dizer, não é por isto ou por aquilo. Agora, a gente não sabe o que lhe vai dentro. O seu também não o diz portanto, nudez, portanto, perguntar não ofende. É verdade ou não é Senhor Presidente?-----

----- A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/04/2017 e 31/05/2017. -----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu julgo que a Assembleia Municipal esgotou a sua agenda, mas antes de sairmos, apenas duas questões. -----

----- A questão inicial, de que peço à Assembleia que façamos a aprovação das deliberações em minuta. Uma vez que não há oposição, as deliberações que hoje tomámos estão aprovadas em minuta e, depois a nota que o Senhor Presidente da Câmara já referiu. É provável, segundo a informação que ele deu que ainda possamos ter uma Assembleia Extraordinária para além da Assembleia de setembro que é ordinária. Assim, se a câmara decidir a constituição da empresa intermunicipal entre os Municípios vizinhos teremos essa Assembleia Extraordinária, mas se não houver essa questão, naturalmente que não teremos Assembleia Municipal extraordinária.-----

----- Está encerrada a reunião da Assembleia Municipal. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2017, junho, 27

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva